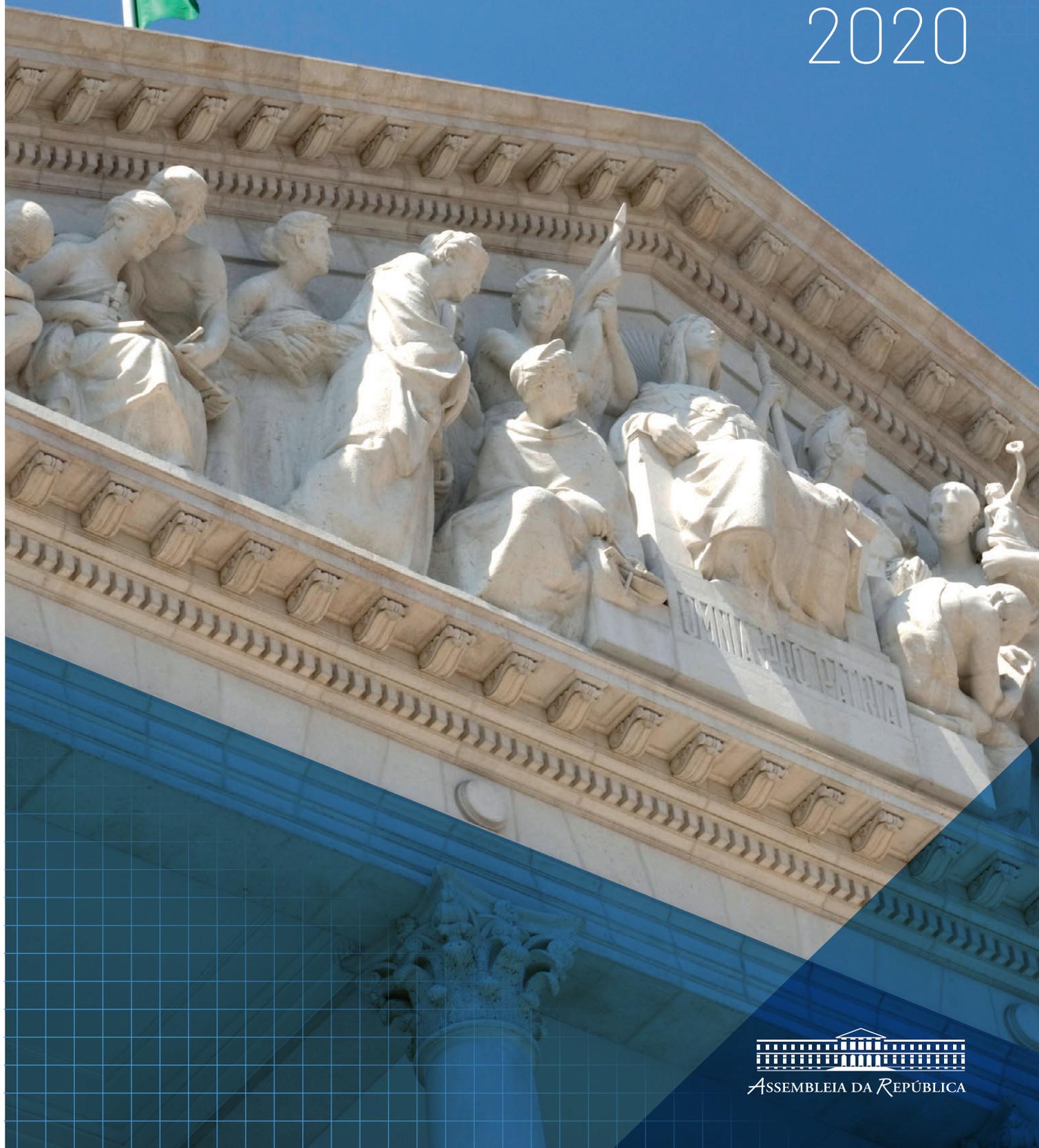


# RELATÓRIO DA CONTA DE GERÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2020



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2020



# **RELATÓRIO ANUAL**

## Gerência de 2020



**XIV LEGISLATURA**  
**1 de janeiro a 31 de dezembro**

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela

Fernando Mimoso Negrão

José Manuel Marques da Silva Pureza

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Nelson Ricardo Esteves Peralta

Ana Cristina Cardoso Dias Mesquita

Vice-Secretários da Mesa

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Ana Sofia Ferreira Araújo

Helga Alexandra Freire Correia

Lina Maria Cardoso Lopes



Conselho de Administração

Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Presidente

José Maria Lopes Silvano  
Representante do GP do PSD

Isabel Cristina Rua Pires  
Representante do GP do BE

Duarte Le Falher de Campos Alves  
Representante do GP do PCP

João Rodrigo Pinho de Almeida  
Representante do GP do CDS-PP

André Lourenço e Silva  
Representante do GP do PAN

Mariana da Conceição Pereira da Silva  
Representante do GP do PEV

Inês Sousa Real do GP do PAN  
(dia 29 de setembro de 2020)

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários  
Parlamentares

### Glossário

<b>ANCV</b>	Assembleia Nacional de Cabo Verde
<b>ANSTP</b>	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
<b>APCE</b>	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
<b>AP-CPLP</b>	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>AP-UpM</b>	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
<b>APM</b>	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
<b>APNATO</b>	Assembleia Parlamentar da NATO
<b>APOSCE</b>	Assembleia Parlamentar da OSCE
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>ARPPUE2021</b>	Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeias
<b>ARM</b>	Assembleia da República de Moçambique
<b>ASG – PLP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
<b>ASG – UIP</b>	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>CADA</b>	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
<b>CDS-PP</b>	Centro Democrático e Social – Partido Popular
<b>CFBD-ADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFSIRP</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>CFSIIC</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
<b>CH</b>	Chega
<b>CJP</b>	Conselho dos Julgados de Paz
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CNECV</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
<b>CNPD</b>	Comissão Nacional de Proteção de Dados
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>DURP</b>	Deputado Único Representante de Partido
<b>EAI</b>	Entidades Autónomas Independentes
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>GDP</b>	Grupo Desportivo Parlamentar
<b>GP</b>	Grupo Parlamentar
<b>GR%</b>	Grau de Execução (percentagem)
<b>IL</b>	Iniciativa Liberal
<b>L</b>	Livre
<b>LOFAR</b>	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
<b>Me-CDPD</b>	Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência
<b>OAR</b>	Orçamento da Assembleia da República



<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OTI</b>	Observatório Técnico Independente
<b>NINSC</b>	Deputado Não Inscrito em Grupo Parlamentar
<b>PAN</b>	Partido Pessoas Animais e Natureza
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PEV</b>	Partido Ecologista "Os Verdes"
<b>PNTL</b>	Parlamento Nacional de Timor-Leste
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>RLE</b>	Resultados Líquidos do Exercício
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>SIAR</b>	Sistemas Integrados da Assembleia da República
<b>SIGAR</b>	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
<b>SNC-AP</b>	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
<b>VAR%</b>	Variação da Execução (percentagem)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Índice

<b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>	<b>12</b>
1.1 OAR 2020	12
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2020	15
<b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>	<b>21</b>
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	23
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	24
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	26
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	27
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	28
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	30
<b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>31</b>
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	32
3.2 FORMAÇÃO	33
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	33
3.4 FUNCIONAMENTO	35
<b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>	<b>39</b>
<b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>41</b>
5.1 BILATERAL	41
5.2 MULTILATERAL	41
<b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>7. INVESTIMENTOS</b>	<b>45</b>
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2020	45
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2021	48
<b>8. FINANCIAMENTO</b>	<b>49</b>
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	49
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	50
<b>9. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>52</b>
9.1 DAS DESPESAS	52
9.2 DAS RECEITAS	54
<b>10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>56</b>
<b>NOTA FINAL</b>	<b>63</b>

<b>QUADRO 1</b>	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2020	<b>15</b>
<b>QUADRO 2</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>16</b>
<b>QUADRO 3</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	<b>16</b>
<b>QUADRO 4</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	<b>17</b>
<b>QUADRO 5</b>	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>19</b>
<b>QUADRO 6</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	<b>22</b>
<b>QUADRO 7</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	<b>23</b>
<b>QUADRO 8</b>	EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES	<b>27</b>
<b>QUADRO 9</b>	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	<b>29</b>
<b>QUADRO 10</b>	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS DESPESAS	<b>30</b>
<b>QUADRO 11</b>	ENCARGOS COM AS "ATIVIDADES DE APOIO"	<b>31</b>
<b>QUADRO 12</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM "ATIVIDADES DE APOIO"	<b>31</b>
<b>QUADRO 13</b>	DESPESA NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E MITIGAÇÃO DO COVID-19	<b>38</b>
<b>QUADRO 14</b>	ATIVIDADE EDITORIAL 2020	<b>40</b>
<b>QUADRO 15</b>	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	<b>45</b>
<b>QUADRO 16</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	<b>45</b>
<b>QUADRO 17</b>	PROJETOS DA AR COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2021	<b>48</b>
<b>QUADRO 18</b>	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>49</b>
<b>QUADRO 19</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>50</b>
<b>QUADRO 20</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>52</b>
<b>QUADRO 21</b>	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2021 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>53</b>
<b>QUADRO 22</b>	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	<b>54</b>
<b>QUADRO 23</b>	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2020	<b>55</b>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Índice de Gráficos

<b>GRÁFICO 1</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2017 A 2020	<b>18</b>
<b>GRÁFICO 2</b>	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2020	<b>19</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2020	<b>20</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP, DURP, E NINSC	<b>24</b>
<b>GRÁFICO 5</b>	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	<b>26</b>
<b>GRÁFICO 6</b>	EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	<b>28</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS ENVIADOS PARA DESTINO FINAL ADEQUADO	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 10</b>	EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 11</b>	DISTRIBUIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR	<b>37</b>
<b>GRÁFICO 12</b>	TIPOLOGIA DE DOCUMENTOS	<b>37</b>
<b>GRÁFICO 13</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR	<b>38</b>
<b>GRÁFICO 14</b>	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	<b>40</b>
<b>GRÁFICO 15</b>	DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2020	<b>46</b>
<b>GRÁFICO 16</b>	EVOLUÇÃO DAS VENDAS DA LIVRARIA PARLAMENTAR 2017-2020	<b>55</b>
<b>GRÁFICO 17</b>	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS 2017-2020	<b>57</b>

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2020, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2020 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 12 de dezembro de 2019 - as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2020, das subvenções públicas para a campanha concernente à eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada a 25 de outubro, bem como das subvenções aos Partidos, Grupos Parlamentares, Deputados únicos representantes de um Partido e Deputados não inscritos.

Importa destacar o impacto da pandemia gerada pelo surto de Covid-19 a qual determinou que ao longo do ano de 2020 fossem tomadas medidas específicas que visaram minimizar o risco de infeção e de transmissão da doença, assegurando o funcionamento da Assembleia da República, cuja atividade não foi interrompida.

Assim, com base nas orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS) foi elaborado o **Plano de Contingência da Assembleia da República para a doença por covid-19** que, após parecer concordante do Conselho de Administração, foi aprovado pelo Presidente da Assembleia da República a 3 de março de 2020.

Ainda neste âmbito foi criado, na Assembleia da República, o **Gabinete de Gestão do Covid-19** (GCC19), constituído pelo Secretário-Geral, por um médico do Gabinete Médico e de Enfermagem da Assembleia da República, pela Diretora Administrativa e Financeira e pelo Diretor do Gabinete de Comunicação.

Nessa sequência e tendo sempre em consideração as recomendações e orientações da Direção Geral de Saúde foram emitidos os necessários Despachos do Presidente da Assembleia da República e do Secretário-Geral com vista à implementação de medidas excecionais e à reorganização dos SAR.

A atividade da Assembleia da República, durante alguns meses do ano de 2020, foi reduzida na medida do possível, pelo que foram tomadas, de entre outras, as seguintes medidas:



- Suspensão das deslocações em missões oficiais dos funcionários parlamentares;
- Restrição de reuniões presenciais;
- Suspensão das visitas guiadas à Assembleia da República;
- Encerramento ao público dos seguintes serviços: Arquivo Histórico Parlamentar, Biblioteca Passos Manuel e Livraria Parlamentar;
- Suspensão das reuniões no âmbito do Parlamento dos Jovens;
- Cancelamento de determinados eventos, nomeadamente, exposições, lançamentos de livros, e outras cerimónias diversas, colóquios, conferências e seminários, optando-se, nestes últimos casos, pela realização das mesmas através de videoconferências.

O impacto da pandemia gerada pelo surto de Covid-19 originou constrangimentos internos e externos que determinaram uma capacidade de adaptação permanente, a alteração de procedimentos, a implementação de novos métodos de trabalho tendo com o objetivo dar resposta às exigências das várias naturezas de atividades desenvolvidas na AR, o que veio, ao mesmo tempo, proporcionar uma oportunidade de encarar novos desafios em circunstâncias antes desconhecidas.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **133.541.550,98€** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais”**, com um nível global de execução de **76,3%**, da qual:

- **67.156.424,38€- Despesa total – atividade da AR**, com execução de **70,1%**, da qual:
  - **64.137.448,60€ - Despesas Correntes - atividade da AR**, com execução de **76,8%**;
  - **3.018.975,78 €- Despesas de Capital - atividade da AR**, com execução de **24,5%**;
- **11.900.207,35€ – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **91,4%**;
- **13.970.092,66€- “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **8.838.460,95€ – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **82,1%**.

A baixa taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” (70,1%), deve-se, em parte, às circunstâncias únicas do ano de 2020, conforme já referido, as quais determinaram a tomada de medidas que, com o objetivo de reduzir o risco de infeção e de transmissão da doença Covid-19, tiveram impacto na atividade da Assembleia da República, mas deveu-se igualmente à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República e às cativações aplicáveis. Ressalva-se que, **deduzindo o valor da cativação** (3.336.868,37€, dado que, dos 9.228.363,37€ iniciais foi autorizada a extinção de cativação de 5.891.495,00€) a **taxa de execução seria de 72,6%**.

Ao nível da **“Atividade Parlamentar”**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte, adaptando toda a sua atividade aos condicionalismos decorrentes da pandemia, pelo que parte



substancial das reuniões decorreu através de videoconferência ou misto (presencial e videoconferência).

Em matéria de “**Investimento**”, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2020:

- No âmbito da **conservação do Património Imobiliário da AR**, e tendo como objetivo a criação, recuperação e manutenção de espaços, concluíram-se as seguintes empreitadas: instalação de nova infraestrutura de ar condicionado nas salas 1, 2 e 3 das Comissões; criação de plataforma de suporte, remodelação e alimentação de energia através de bombas de calor da central térmica do Palácio de São Bento; substituição da climatização das salas 5048 a 5059 do Palácio de São Bento; novas instalações para o expediente; e extensão do Gabinete Médico e de Enfermagem no Andar Nobre do Palácio de São Bento.
- Dando continuidade às ações de melhoria e modernização no domínio do **equipamento administrativo**, salienta-se que a maior parte desta natureza de investimento foi realizada na área de aquecimento, ventilação e ar condicionado – AVAC – distribuído pelos vários edifícios da AR. Foi ainda dada continuidade à renovação do equipamento de escritório dos Gabinetes, SAR e GP/DURP/NINSC, nomeadamente dotando de mobiliário as novas instalações destes últimos, no Palácio de São Bento.
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, desenvolveram-se vários projetos dos quais se destacam: i) no âmbito da modernização tecnológica: a alteração do Registo de presenças no Plenário, o Sistema de Monitorização de Servidores e Aplicações (que permite obter uma visão integral dos SIAR) e a solução criada de Videoconferência e Participação Remota nas Sessões Plenárias; ii) no âmbito da segurança informática e da informação: a entrada em produção da funcionalidade DNSSEC (que visou acrescentar uma camada de segurança no tráfego de *Domain Name System* (DNS)) e a Implementação de proteções DKIM, DMARK e DANE que constituem extensões de segurança da DNSSEC; iii) visando a implementação de melhorias das soluções tecnológicas em uso na AR, foram concluídos: o desenvolvimento do novo sistema de gestão da Atividade Parlamentar (AP) e a renovação de cablagem no Edifício D. Carlos; iv) no final de 2020 foi ainda concluída a descontinuação do Sistema de Proxy de acesso à internet em funcionamento explícito através da progressiva migração do SIAR para o novo sistema sem impacto para os utilizadores, mantendo as funcionalidades de segurança anteriores e com o objetivo de potenciar a redução de custos.

A Assembleia da República, mantém uma **atividade cultural e editorial** própria. Durante o ano de 2020, por força do impacto da pandemia, as atividades habituais neste domínio sofreram uma redução substancial que se traduziu numa diminuição de visitas guiadas, na impossibilidade de realização de exposições e de eventos. Ainda que tenham sido editados novos livros, registe-se que não houve lugar aos lançamentos de livros e que ocorreu uma quebra de vendas da Livraria Parlamentar.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2020

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2020, apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 12 de dezembro de 2019, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 5/2020, de 15 de janeiro.

No OAR2020 inicial, os montantes inscritos para **as despesas correntes e de capital da atividade da AR** ascenderam, respetivamente, a 78.845.400,54€ e 9.305.436,39€, num total de 88.150.836,93€, traduzindo, globalmente, **uma diminuição de 5,6% relativamente ao OAR2019 corrigido** sem cativações.

Por outro lado, e no que se refere ao OAR2020 inicial o montante total de “**Transferências para as Entidades**” e de “**Subvenções Políticas**” foi de 27.654.296,00.

Esse valor integra, para além das **subvenções para a campanha das eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (764.256€)**, **as subvenções aos Partidos Políticos (13.872.992,00€)**, as **transferências para as Entidades Autónomas** que funcionam junto da Assembleia da República (13.017.048,00€), e o orçamento inscrito para o Me-CDPD, recentemente criado.

**O 1º Orçamento Suplementar de 2020**, elaborado nos termos do artigo 50.º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 19 de junho de 2020, sob proposta do Conselho de Administração de 29 de maio de 2020, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 33/2020, de 30 de junho e decorreu da necessidade de:

- i) **Integrar o diferencial entre o saldo de gerência** inscrito no orçamento inicial da Assembleia da República para o ano 2020 e o apurado à data de 31 de dezembro de 2019 (**7.640.848,22€**, dos quais 7.640.252,87€ são integrados no orçamento da Assembleia da República e 595,35€ são integrados no orçamento da CNECV por se tratar de saldo proveniente de despesa de capital não transferida para esta entidade em 2019);
- ii) **Inscrever no orçamento de subvenções estatais** a rubrica de reposições não abatidas para registo, em 2020, das reposições inerentes a campanhas eleitorais Legislativas de 2019, no montante de 12,58€, e dos saldos das subvenções públicas para as campanhas dos atos eleitorais que ainda não se encontram encerrados: eleições gerais para os Órgãos das Autarquias Locais de 2017 (893.788,41€) e Legislativas de 2019 (1.288.911,11€), no montante global de **2.182.712,10€**;

- iii) **Inscriver o valor global de 7.912.857,73€, para devolução dos saldos das subvenções públicas** para as campanhas: das eleições gerais para os Órgãos das Autarquias Locais de 2017 (7.000.000,00€), para os Órgãos das Autarquias Locais de 2013 (500.000,00 €) e para o Parlamento Europeu de 2019 (153.730,58€), acrescido do valor correspondente à estimativa de reposições a cobrar em 2020 inerentes a subvenções para as campanhas das eleições gerais para os Órgãos das Autarquias Locais de 2013 (259.127,15€).

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **seis alterações orçamentais verticais**, com parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 21 de fevereiro, 29 de maio, 21 de julho, 25 de setembro, 22 de outubro e 15 de dezembro.

Da execução do OAR2020 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2020 e a transitar para o ano de 2021, no valor de 31.581.783,90€**, dos quais **2.141.734,06€** correspondem ao **saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais** e **6.000,00€** a saldo de **transferências gerais OE não requisitadas pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos**, configurando o remanescente **29.434.049,84€** o saldo da AR.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subactividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Da análise do Quadro 1, ressalta que, em valores globais, o OAR2020 corrigido, face ao OAR2019, apresenta um **decréscimo global de 4,9%**, comportamento determinado não só pela influência das restrições com origem na pandemia em algumas das despesas da AR, mas essencialmente pela redução do valor das subvenções públicas às campanhas eleitorais dado que o OAR 2019 ainda foi influenciado por verbas relativas às subvenções para as campanhas das eleições Autárquicas de 2017.

Em "**Despesas Correntes**" da AR, o **acréscimo de 4,2%** decorre sobretudo das seguintes duas variações positivas: em "Atividades Parlamentares" e "Atividades de Apoio" com acréscimos de 3,6% (1.294.498,82€) e 5,2% (1.783.342,64€) respetivamente.

No que se refere às "**Despesas de Capital**", o Quadro 1 evidencia, ainda, um **decréscimo de 2,9%** face ao valor do orçamento corrigido de 2019, determinado essencialmente pelo decréscimo do valor inscrito na subactividade "Outras Atividades", na qual se inscreve a dotação provisional que apresenta uma redução de 16,1%.

Quadro 1 - ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2020

Unidade: Euro

ATIVIDADES	OAR2019 corrigido 1	OAR2020		Var%	
		inicial 2	corrigido 3	4 (2/1)	5 (3/1)
<b>DESPESAS CORRENTES AR</b>	<b>78 458 102,95</b>	<b>77 626 950,82</b>	<b>81 734 845,69</b>	<b>-1,1%</b>	<b>4,2%</b>
ATIVIDADES PARLAMENTARES	35 889 436,00	<b>36 239 695,82</b>	<b>37 183 934,82</b>	1,0%	3,6%
ATIVIDADES DE APOIO	34 332 377,96	<b>33 132 825,50</b>	<b>36 115 720,60</b>	-3,5%	5,2%
ATIVIDADE EDITORIAL	504 426,32	<b>425 180,00</b>	<b>519 704,70</b>	-15,7%	3,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	328 309,94	<b>333 310,00</b>	<b>365 232,57</b>	1,5%	11,2%
OUTRAS ATIVIDADES *	7 130 589,73	<b>6 000 000,00</b>	<b>6 048 570,50</b>	-15,9%	-15,2%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	0,00	<b>1 168 490,00</b>	<b>1 172 250,00</b>	n.a.	n.a.
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	212 946,00	<b>267 432,50</b>	<b>267 432,50</b>	25,6%	25,6%
OUTRAS ENTIDADES	60 017,00	<b>60 017,00</b>	<b>62 000,00</b>	0,0%	3,3%
<b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>	<b>12 626 349,00</b>	<b>9 282 936,39</b>	<b>12 273 242,39</b>	<b>-26,5%</b>	<b>-2,8%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18 000,00	<b>18 000,00</b>	<b>18 000,00</b>	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	7 137 348,00	<b>7 724 936,39</b>	<b>7 640 242,39</b>	8,2%	7,0%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - DIM. PARLAMENTAR	0,00	<b>40 000,00</b>	<b>25 000,00</b>	n.a.	n.a.
OUTRAS ATIVIDADES *	5 471 001,00	<b>1 500 000,00</b>	<b>4 590 000,00</b>	-72,6%	-16,1%
<b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>	<b>91 084 451,95</b>	<b>86 909 887,21</b>	<b>94 008 088,08</b>	<b>-4,6%</b>	<b>3,2%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)</b>	<b>2 308 208,05</b>	<b>1 240 949,72</b>	<b>1 783 001,72</b>	<b>-46,2%</b>	<b>-22,8%</b>
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (corr)	193 859,59	<b>168 050,00</b>	<b>162 480,00</b>	-13,3%	-16,2%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (cap)	5 557,00	<b>0,00</b>	<b>4 994,00</b>	-100,0%	-10,1%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)	270 166,44	<b>272 800,00</b>	<b>275 170,00</b>	1,0%	1,9%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)	2 500,00	<b>4 000,00</b>	<b>4 700,00</b>	60,0%	88,0%
CONSELHO NAC. PROcriação Medic. Assistida (corr)	284 766,01	<b>324 265,72</b>	<b>312 696,72</b>	13,9%	9,8%
CONSELHO NAC. PROcriação Medic. Assistida (cap)	0,00	<b>0,00</b>	<b>4 000,00</b>	n.a.	n.a.
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM. CRIMINAL	188 106,27	<b>220 884,00</b>	<b>218 606,00</b>	17,4%	16,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	87 815,00	<b>85 500,00</b>	<b>85 500,00</b>	-2,6%	-2,6%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	2 500,00	<b>2 500,00</b>	<b>2 500,00</b>	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (corr)	100 748,08	<b>146 950,00</b>	<b>145 265,00</b>	45,9%	44,2%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (cap)	16 000,00	<b>16 000,00</b>	<b>16 000,00</b>	0,0%	0,0%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	508 841,00	<b>0,00</b>	<b>551 090,00</b>	-100,0%	8,3%
COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO	646 498,66	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	-100,0%	-100,0%
MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO CONVENÇÃO DPD	850,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	-100,0%	-100,0%
<b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>	<b>93 392 660,00</b>	<b>88 150 836,93</b>	<b>95 791 089,80</b>	<b>-5,6%</b>	<b>2,6%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS***</b>	<b>12 673 082,00</b>	<b>13 017 048,00</b>	<b>13 017 643,35</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,7%</b>
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>14 469 352,85</b>	<b>13 872 992,00</b>	<b>13 970 092,76</b>	<b>-4,1%</b>	<b>-3,5%</b>
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	<b>19 911 756,93</b>	<b>764 256,00</b>	<b>10 762 725,07</b>	<b>-96,2%</b>	<b>-45,9%</b>
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>140 446 851,78</b>	<b>115 805 132,93</b>	<b>133 541 550,98</b>	<b>-17,5%</b>	<b>-4,9%</b>

\* Dotação Provisional

\*\* Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

\*\*\* As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas e independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção da Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência).

## 1.2 Execução Orçamental

Em 2020, os encargos assumidos atingiram o montante de 101.865.185,34€ (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa execução orçamental de 76,3%, registando-se uma diferença de 31.676.365,64€ entre

o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado essencialmente pela baixa execução em “Investimento”, tendo ficado por executar 4.628.458,74€, pelo montante subsistente de cativações aplicáveis (3.336.868,37€) e ainda pelas verbas inscritas em dotação provisional (10.638.570,50€, das quais, 6.048.570,50€ em correntes e 4.590.000,00€ em capital).

### Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

TIPO DE DESPESA	OAR2020 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	83 485 653,41	64 137 448,60	76,8%
DESPESAS DE CAPITAL	12 305 436,39	3 018 975,78	24,5%
<b>TOTAL AR</b>	<b>95 791 089,80</b>	<b>67 156 424,38</b>	<b>70,1%</b>
ENTIDADES AUTÓNOMAS	13 017 643,35	11 900 207,35	91,4%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	13 970 092,76	13 970 092,66	100,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	10 762 725,07	8 838 460,95	82,1%
<b>TOTAL GLOBAL AR / EA / SUBVENÇÕES</b>	<b>133 541 550,98</b>	<b>101 865 185,34</b>	<b>76,3%</b>

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **70,1%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2020, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as “ Entidades Autónomas”** (apenas considera a despesa dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as “Subvenções públicas aos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais”**.

O nível de execução orçamental foi, assim, de **76,8%** em “**Despesas Correntes**” e de **24,5%** em “**Despesas de Capital**”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade da AR.

### Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

TIPO DE DESPESA	OAR2020 corrigido sem EA & Subv.	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	83 485 653,41	64 137 448,60	76,8%
DESPESAS DE CAPITAL	12 305 436,39	3 018 975,78	24,5%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>95 791 089,80</b>	<b>67 156 424,38</b>	<b>70,1%</b>

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que as taxas de execução orçamental mais elevadas, em sede de **despesas correntes**, são atingidas pelas entidades seguintes: Observatório Técnico Independente (93,3%), Atividades Parlamentares (87,8%), Conselho dos Julgados de Paz (87,1%) e Atividades de Apoio (81,6%). Contudo

salienta-se que tanto o Observatório Técnico Independente como o Conselho dos Julgados de Paz representam apenas 1,2% do total da despesa assumida pelo que são as “**Atividades Parlamentares**” que representam 48,6% do total da despesa realizada assim como as “**Atividades de Apoio**” que tem um peso de 43,9% do total dos encargos assumidos que relevam para esta análise.

No que respeita às “**Despesas de Capital**”, cuja taxa de execução foi de **24,5%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (4.590.000,00€), assim como da taxa de execução de 39,4% da subatividade “**Investimento**”, esta última que será analisada em capítulo autónomo do presente relatório.

#### Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

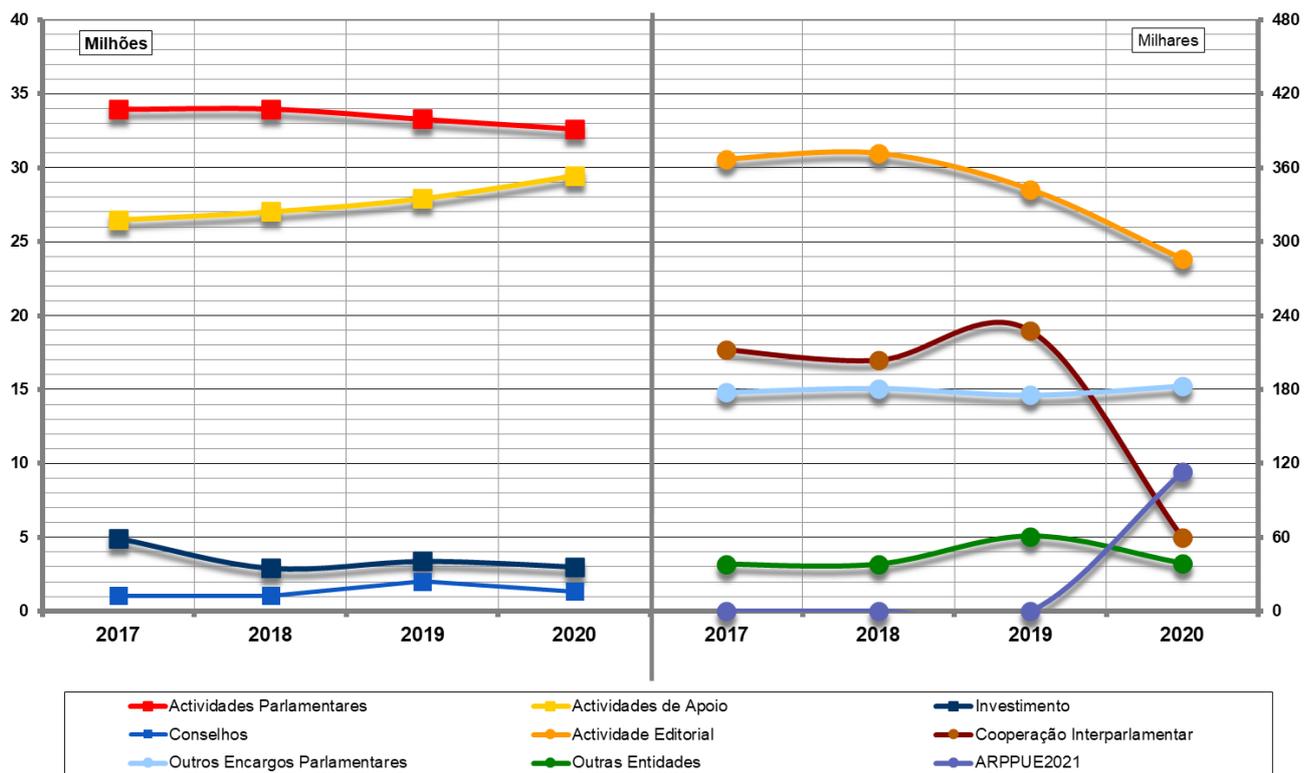
Unidade Euro

ATIVIDADES	OAR2020 corrigido 1	Encargos assumidos		
		montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/Σ2)
ATIVIDADES PARLAMENTARES	37 183 934,82	32 630 312,06	87,8%	48,6%
ATIVIDADES DE APOIO	36 115 720,60	29 480 356,38	81,6%	43,9%
ATIVIDADE EDITORIAL	519 704,70	285 765,24	55,0%	0,4%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	365 232,57	60 197,89	16,5%	0,1%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	1 172 250,00	113 180,35	9,7%	0,2%
OUTRAS ATIVIDADES*	6 048 570,50	0,00	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	267 432,50	182 554,93	68,3%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	162 480,00	124 055,95	76,4%	0,2%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	275 170,00	239 633,22	87,1%	0,4%
OUTRAS ENTIDADES	62 000,00	39 000,00	62,9%	0,1%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	312 696,72	183 953,12	58,8%	0,3%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	218 606,00	166 478,99	76,2%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	85 500,00	58 739,58	68,7%	0,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	145 265,00	58 955,29	40,6%	0,1%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	551 090,00	514 265,60	93,3%	0,8%
<b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>83 485 653,41</b>	<b>64 137 448,60</b>	<b>76,8%</b>	<b>95,5%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18 000,00	0,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	7 640 242,39	3 011 783,65	39,4%	4,5%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - DIM. PARLAMENTAR	25 000,00	0,00	0,0%	0,0%
OUTRAS ATIVIDADES*	4 590 000,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	4 994,00	4 993,80	100,0%	0,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	4 700,00	2 198,33	46,8%	0,0%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	4 000,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	2 500,00	0,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	16 000,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>12 305 436,39</b>	<b>3 018 975,78</b>	<b>24,5%</b>	<b>4,5%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>	<b>95 791 089,80</b>	<b>67 156 424,38</b>	<b>70,1%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Dotação Provisional

A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2017 A 2020



A evolução de 2019 para 2020 dos encargos assumidos encontra-se espelhado no Quadro 5, revelando uma **variação negativa global de 0,4%**, importando destacar, a ausência de execução na subatividade “**Comissão Independente para a Descentralização**”, que terminou a atividade em 2019, logo seguida do **decréscimo** de 2,0% dos encargos assumidos nas “**Atividade Parlamentares**” e do **decréscimo** de 11,1% no “**Investimento**”. É de referir que genericamente se verificam variações negativas face ao ano de 2019, sendo, no entanto de menor expressão do que as atrás enunciados e esse facto é o reflexo das circunstâncias de 2020 ser um ano atípico, em que algumas atividades da AR foram suspensas..

Verifica-se, no entanto, uma variação positiva de 5,5% nas “**Atividades de Apoio**” decorrente dos seguintes fatores: atualização remuneratória de 0,3% e a respetiva repercussão nos abonos indexados à remuneração, as alterações de posições remuneratórias e o saldo positivo entre os aposentados e os novos funcionários, salientando-se, em 2020, o início do estágio probatório por parte de 11 assessores Parlamentares e de 10 técnicos de apoio parlamentar. Contribui ainda para a variação positiva, o acréscimo de despesas no âmbito da situação epidemiológica.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

ATIVIDADES	Encargos Assumidos		
	2019	2020	Var%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	33 291 724,71	<b>32 630 312,06</b>	-2,0%
ATIVIDADES DE APOIO	27 937 941,91	<b>29 480 356,38</b>	5,5%
ATIVIDADE EDITORIAL	342 212,77	<b>285 765,24</b>	-16,5%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	227 669,68	<b>60 197,89</b>	-73,6%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	0,00	<b>113 180,35</b>	n.a.
OUTRAS ACTIVIDADES	0,00	<b>0,00</b>	n.a.
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	175 607,70	<b>182 554,93</b>	4,0%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	142 619,90	<b>129 049,75</b>	-9,5%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	250 356,58	<b>241 831,55</b>	-3,4%
OUTRAS ENTIDADES	60 017,00	<b>39 000,00</b>	-35,0%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	175 704,81	<b>183 953,12</b>	4,7%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	165 560,13	<b>166 478,99</b>	0,6%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	59 426,53	<b>58 739,58</b>	-1,2%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	80 673,62	<b>58 955,29</b>	-26,9%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	499 988,52	<b>514 265,60</b>	2,9%
COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO	632 145,46	<b>0,00</b>	-100,0%
MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO CONVENÇÃO DPD	838,37	<b>0,00</b>	-100,0%
INVESTIMENTO	3 388 956,09	<b>3 011 783,65</b>	-11,1%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>67 431 443,78</b>	<b>67 156 424,38</b>	<b>-0,4%</b>

O Gráfico 2 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **75%** do total da despesa de 2020, seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**18,5%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**4,5%**).

**Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2020**

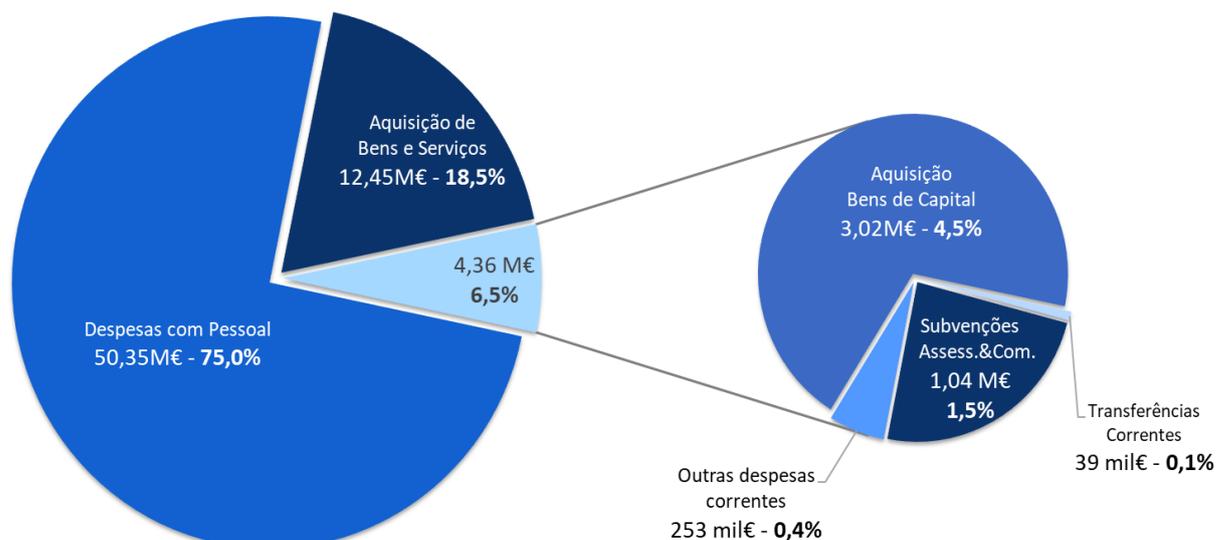
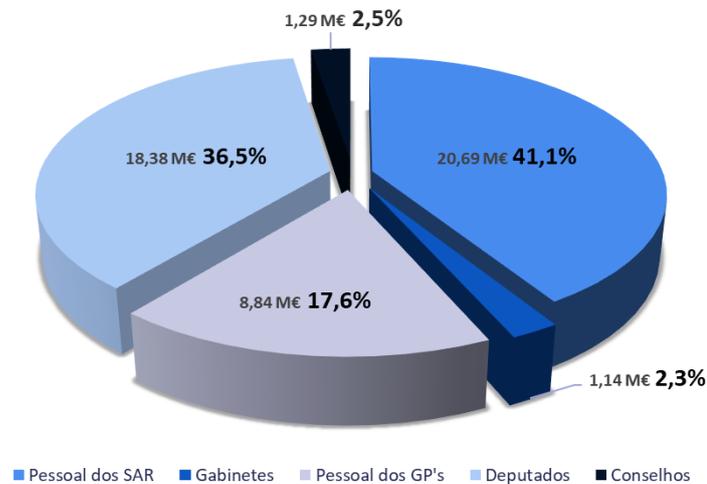


Gráfico 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2020



O gráfico 3 evidencia a distribuição dos encargos englobados nas rubricas de “**Despesas com Pessoal**” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos da Assembleia da República com remunerações e outras despesas com pessoal, distribuídos por: Deputados, Gabinetes, Conselhos, Pessoal dos Grupos Parlamentares e Pessoal dos Serviços da AR.

Deste gráfico retira-se que na partição destes encargos o “Pessoal dos SAR” tem um peso superior (41,1%) comparativamente aos encargos imputáveis a “**Deputados**” (36,5%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 17,6%.

Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, **2,3% e 2,5%** em percentagem do encargo total com remunerações.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117.º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.

Em 2020 tiveram lugar **90 reuniões plenárias, 1 reunião da Comissão Permanente e 29 Conferências de Líderes.**

As reuniões plenárias levaram à publicação de **91 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo 345h30m de reunião, num total de 5.524 páginas editadas, o que, embora represente uma diminuição do número de reuniões, representa um acréscimo no volume de trabalho em relação ao ano anterior.

Relativamente à **II Série**, foram publicados **305 Diários, 59 Suplementos e 29 Separatas**, perfazendo um total de 20 637 páginas editadas.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **60 Propostas de Lei, 437 Projetos de Lei, 17 Propostas de Resolução, 638 Projetos de Resolução, 6 Projetos de Deliberação, 30 Apreciações Parlamentares, 6 Inquéritos Parlamentares e 2 Projetos de Regimento.** Foram aprovadas, em 2020, **5 Leis Orgânicas, 87 Leis, 95 Resoluções e 6 Deliberações.**

No ano de 2020 foram apresentadas pelos Deputados 4568 **Perguntas**, tendo sido obtidas 3332 respostas.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 134 ao Governo, 1043 à Administração Local, 52 a Entidades Independentes e 1 às Regiões Autónomas, num total de 1230. Tendo sido recebidas ainda no mesmo ano, as seguintes respostas: 87 do Governo, 388 da Administração Local e 28 das Entidades Independentes, num total de 503.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as “**Atividades Parlamentares**” representam **48,6% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 87,8%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subactividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

ATIVIDADE PARLAMENTAR	OAR2020 Corrigido 1	Encargos assumidos		
		montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/22)
Presidente da Assembleia da República	127 993,00	127 890,01	99,9%	0,4%
Gabinete de Apoio ao PAR	883 395,00	772 623,42	87,5%	2,4%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 134 276,00	1 085 584,12	95,7%	3,3%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	510 835,00	371 400,89	72,7%	1,1%
Conselho de Administração	88 000,00	86 838,59	98,7%	0,3%
Grupos Parlamentares	1 166 499,72	1 165 952,81	100,0%	3,6%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	9 030 261,98	8 786 825,74	97,3%	26,9%
Comissões Parlamentares	971 246,84	192 514,81	19,8%	0,6%
Deputados	21 099 846,71	19 803 161,81	93,9%	60,7%
Cerimónias Comemorativas	54 360,00	2 302,97	4,2%	0,0%
Deslocações em Território Nacional	12 000,00	276,76	2,3%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	1 430 768,72	134 985,46	9,4%	0,4%
Grupos Parlamentares de Amizade	78 000,00	196,40	0,3%	0,0%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	471 488,85	95 633,46	20,3%	0,3%
Programa Parlamento Jovem	124 963,00	4 124,81	3,3%	0,0%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>37 183 934,82</b>	<b>32 630 312,06</b>	<b>87,8%</b>	<b>100,0%</b>

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subactividades que integram as “**Atividades Parlamentares**”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 87,6% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- “**Deputados**” (**60,7%**), que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídios de reintegração, atribuídos em regime transitório.
- “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” (**26,9%**) onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. O respetivo *plafond* foi atualizado ao montante do IAS para 2020 (438,81€). No decurso de 2020 verificaram-se as alterações decorrentes da criação de mais dois gabinetes dada a passagem de uma Deputada Única Representante (DURP) do Partido LIVRE a Deputada não Inscrita em grupo parlamentar (NINSC) e, da passagem de uma Deputada Representante do PAN, a Deputada não inscrita (NINSC) em grupo parlamentar.

**Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

ATIVIDADE PARLAMENTAR	Encargos assumidos		
	2019 1	2020 2	Var% 3
Presidente da Assembleia da República	127 606,49	<b>127 890,01</b>	0,2%
Gabinete de Apoio ao PAR	757 212,02	<b>772 623,42</b>	2,0%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 095 236,19	<b>1 085 584,12</b>	-0,9%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	412 698,56	<b>371 400,89</b>	-10,0%
Conselho de Administração	78 475,44	<b>86 838,59</b>	10,7%
Grupos Parlamentares	1 048 939,33	<b>1 165 952,81</b>	11,2%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8 825 305,81	<b>8 786 825,74</b>	-0,4%
Comissões Parlamentares	522 355,17	<b>192 514,81</b>	-63,1%
Deputados	19 164 974,16	<b>19 803 161,81</b>	3,3%
Cerimónias Comemorativas	44 803,50	<b>2 302,97</b>	-94,9%
Deslocações em Território Nacional	4 814,55	<b>276,76</b>	-94,3%
Deslocações ao Estrangeiro	891 247,12	<b>134 985,46</b>	-84,9%
Grupos Parlamentares de Amizade	16 016,82	<b>196,40</b>	-98,8%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	190 329,30	<b>95 633,46</b>	-49,8%
Programa Parlamento Jovem	111 710,25	<b>4 124,81</b>	-96,3%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>33 291 724,71</b>	<b>32 630 312,06</b>	<b>-2,0%</b>

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2019 para 2020 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**” registaram um **decréscimo de 2,0%** (338.587,35€), semelhante à percentagem de decréscimo verificado de 2018 para 2019 que foi de 2,1%, nesse ano justificado pelo facto de terem existido eleições Legislativas, com um maior período de interrupção de trabalhos parlamentares.

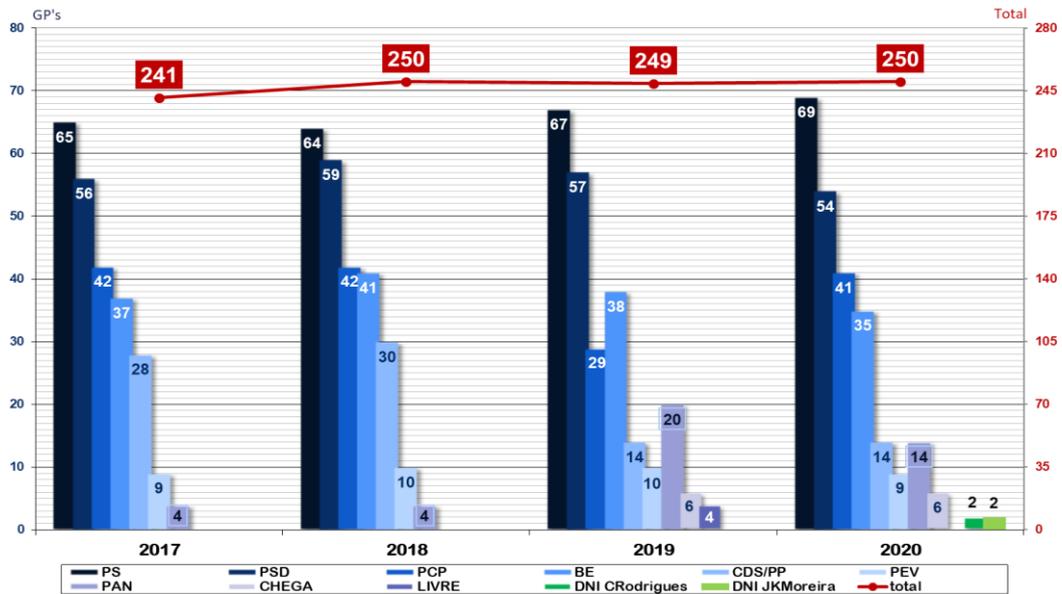
Assinala-se o maior **acréscimo** na subactividade “**Deputados**” (a maior variação em termos absolutos de 638.187,65€, o que representa 3,3%) logo seguido pelo **acréscimo** nos “**Grupos Parlamentares**” (com uma variação em termos absolutos de 117.013,48€, o que representa 11,2%), sendo que este último acréscimo é determinado pela atualização remuneratória de 0,3%.

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por GP/DURP/ NINSC, à data de 31 de dezembro é apresentada no Gráfico 3, salientando que na XIV Legislatura passaram a existir quatro novas estruturas: GP PAN e três gabinetes dos DURP`s CH, IL e L.

A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos GP/DURP/NINSC, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP, DURP e NINSC



Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no *plafond* atribuído aos GP/DURP/NINSC**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

Ano	ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIO	Var% anual
2014	1 457 310,70	4,0%
2015	1 442 402,39	-1,0%
2016	1 518 982,76	5,3%
2017	1 526 993,35	0,5%
2018	1 553 734,08	1,8%
2019	1 567 012,33	0,9%
<b>2020</b>	<b>1 555 502,92</b>	<b>-0,7%</b>

## 2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2020, que abrangeu parte da 1.ª e da 2.ª Sessões Legislativas da XIV Legislatura, funcionaram **17 comissões parlamentares**: 14 comissões permanentes e 3 comissões eventuais, das quais 2 de inquérito parlamentar.

### Comissões Parlamentares Permanentes

- 1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- 2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- 3.ª - Comissão de Defesa Nacional
- 4.ª - Comissão de Assuntos Europeus

5.ª - Comissão de Orçamento e Finanças
6.ª - Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
7.ª - Comissão de Agricultura e Mar
8.ª - Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto
9.ª - Comissão de Saúde
10.ª - Comissão de Trabalho e Segurança Social
11.ª - Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território
12.ª - Comissão de Cultura e Comunicação
13.ª - Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local
14.ª - Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

#### Comissões Eventuais

Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social

#### Comissões Eventuais de Inquérito

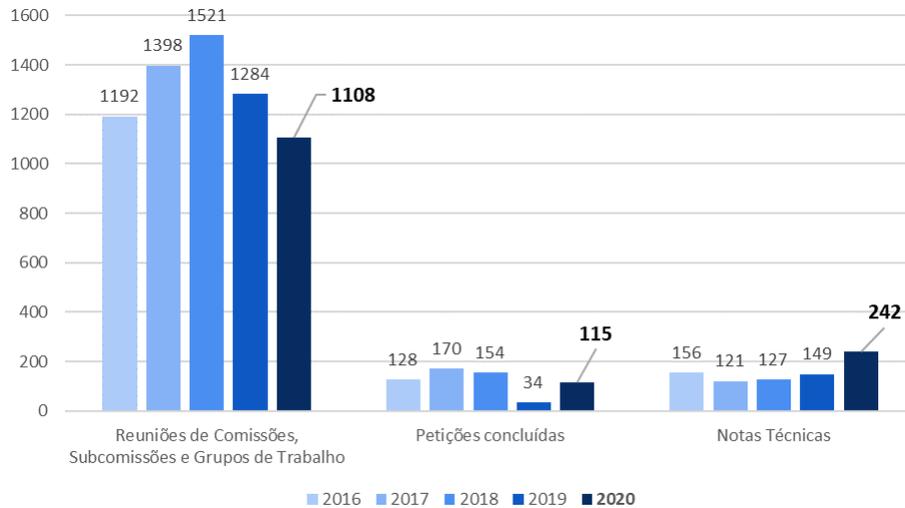
Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior

Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução

À semelhança do ocorreu nos restantes serviços, a atividade das Comissões foi, em 2020, naturalmente afetada pela pandemia causada pela COVID-19. Ainda assim, mesmo em tempos de confinamento, as comissões encontraram novos modelos de funcionamento, substituindo ou complementando os trabalhos presenciais com o recurso à videoconferência.

Verifica-se, assim, que em 2020 as Comissões, Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1.108 reuniões**, num total de **2.954 horas**. Realizaram-se **670 audições**, das quais **628** contaram com a participação (presencial ou por videoconferência) de membros do Governo. Foram ainda concedidas **150 audiências** (presenciais ou por videoconferência) e produzidas 242 notas técnicas relativas a iniciativas legislativas entradas, incidindo 218 sobre projetos de lei e 24 sobre propostas de lei.

**Gráfico 5 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



No que ao **exercício do direito de petição** diz respeito constata-se que, durante o ano de 2020, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **166 petições**, 58 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, sendo que, no cômputo geral, 40 foram objeto de entrega presencial, 18 enviadas por correio, 15 enviadas por via eletrónica e 93 apresentadas pela plataforma de Submissão de Petições. **Foi concluída em comissão a apreciação de 115 petições**, englobando, quer entradas e registadas em 2020, quer pendentes de anos anteriores.

Acresce referir, que funcionaram 26 Grupos de Trabalho constituídos no âmbito das diversas comissões permanentes e 2 Subcomissões, estas criadas no âmbito da 1ª CACDLG, a saber: a Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação.

No seu conjunto as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho participaram em território nacional e no estrangeiro em **92 reuniões externas**, sendo que 71 foram presenciais e 21 por videoconferência, devido às restrições de circulação impostas pela pandemia de COVID-19.

### 2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar os cargos exercidos por deputados da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais, designadamente, do Deputado Pedro Roque (PSD), no cargo de Presidente Emérito da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, e do Deputado Duarte Pacheco (PSD), no cargo de Presidente do Grupo Geopolítico dos Doze Mais da União Interparlamentar. Em novembro de 2020, o

Deputado Duarte Pacheco (PSD) foi eleito Presidente da União Interparlamentar, tendo deixado, nessa ocasião, de exercer a presidência do grupo geopolítico supra indicado.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subatividades: “Comissões Parlamentares”, “Deslocações ao estrangeiro”, “Grupos Parlamentares de Amizade”, “Serviços da AR” e “Cooperação Parlamentar”.

**Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES**

	2017	2018	2019	2020
<b>N.º de deslocações</b>	471	681	548	<b>116</b>
<b>Despesa assumida</b>	998 492	1 196 992	1 182 576	<b>181 503</b>
<b>Despesa/deslocação</b>	2 120	1 758	2 158	<b>1 565</b>

Importa referir que as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um forte decréscimo na despesa global, de 2019 para 2020, fruto da crise pandémica e subsequente cancelamento da generalidade das missões internacionais, tendo-se registado em 2020 apenas 116 deslocações em missão oficial, face às 548 deslocações registadas em 2019.

No ano de 2020 foram criados 45 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (**GPA**), no âmbito **bilateral**, e 2 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” no quadro **multilateral**, que, no entanto, não iniciaram o seu funcionamento, pela falta de designação dos seus membros.

<b>EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE</b>	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Nº de Grupos existentes</b>	53	50	51	52	53	<b>45</b>
<b>Nº de Reuniões realizadas</b>	127	228	144	127	73	<b>0</b>

## 2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas, e apesar da crise pandémica, assegurou-se a organização possível de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se **16** eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se: **1** cerimónia de boas-vindas, **1** evento, além de visitarem a Assembleia da República **6** delegações internacionais.

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de **1** sessão solene, **9** cerimónias de tomada de posse, **11** iniciativas de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República e **10** cerimónias comemorativas, de homenagem e de inauguração.

O **Presidente da Assembleia da República** concedeu **37** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Os Vice-Presidentes da Assembleia da República em representação do Presidente da Assembleia da República concederam **15** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras

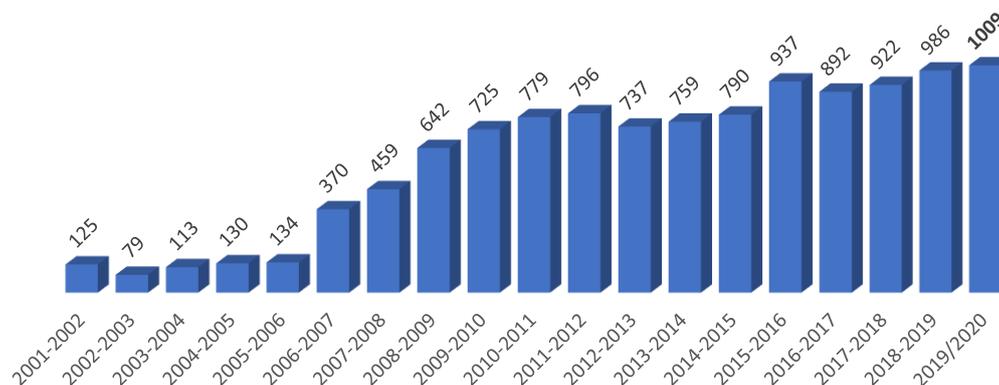
## 2.5 Parlamento dos Jovens

O **Programa Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República inserida no âmbito da educação para a cidadania, que se dirige aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa.

Na edição 2019/2020, as 516 escolas do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) debateram o tema “**Violência doméstica e no namoro: da sensibilização à ação**” e as 493 escolas do ensino secundário discutiram o tema “**Violência doméstica e no namoro: como garantir o respeito e a igualdade?**”, tendo-se atingido um total de **1009** escolas inscritas.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da inscrição de escolas desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário.

**Gráfico 6 – Evolução de inscrições no Programa Parlamento dos Jovens**



O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no Programa nos últimos três anos, evidenciando o mesmo o reconhecimento do interesse desta iniciativa, por parte das escolas.

#### Quadro 9 – Evolução da participação de escolas e alunos no Programa Parlamento dos Jovens

EDIÇÃO	ENSINO BÁSICO			ENSINO SECUNDÁRIO			TOTAIS		
	2017 2018	2018 2019	2019 2020	2017 2018	2018 2019	2019 2020	2017 2018	2018 2019	2019 2020
Escolas inscritas	463	512	516	459	474	493	922	986	1 009
Turmas envolvidas	2 445	2 525	2 713	2 228	2 342	2 384	4 673	4 867	5 097
Participantes nas listas eleitorais	15 801	18 321	18 528	10 836	11 545	12 262	26 637	29 866	30 790
Votantes: eleições sessões escolares	97 633	109 147	112 419	70 332	68 645	77 689	167 965	177 792	190 108
Deputados eleitos: sessões escolares	8 434	9 554	9 484	6 659	7 042	7 532	15 093	16 596	17 016
Deputados eleitos: sessões distritais/regionais	1 458	1 556	1 547	1 425	1 450	1 539	2 883	3 006	3 086
Escolas eleitas: sessão nacional	66	66	- *	65	65	- *	131	131	- *
Deputados eleitos: sessão nacional	132	132	- *	130	130	- *	262	262	- *

\* Por força da interrupção da edição, não foram realizadas 20 Sessões Distritais e as Sessões Nacionais.

Os Deputados da Assembleia da República participam anualmente nas três fases do Programa: debates nas escolas, Sessões Distritais/Regionais e Sessões Nacionais. O quadro abaixo sintetiza os números desta participação na edição 2019/2020.

Na 1.ª fase do Programa, realizaram-se **487 debates nas escolas com a presença de Deputados da Assembleia da República**, o que correspondeu a um acréscimo de 40 debates em relação à edição passada e também ao maior número de debates com Deputados alguma vez realizado neste âmbito. Por ter sido suspensa a atividade do Programa, em março de 2020, devido à situação de pandemia de COVID-19, foram apenas realizadas 20 das 40 Sessões Distritais/Regionais agendadas e não foi possível concretizar as Sessões Nacionais.

#### Participação dos Deputados na edição 2019/2020 do Programa Parlamento dos Jovens

Fases	GP	PS	PSD	BE	PCP	CDS-PP	PAN	PEV	IL	CH	L	TOTAIS
	Debates nas escolas		217	178	41	23	6	13	7	2	0	0
Sessões Distritais/Regionais		9	7	2	1	0	1	0	0	0	0	20*
Sessões Nacionais		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0*
TOTAL		226	185	43	24	6	14	7	2	0	0	487

\* Por força da interrupção da edição, não foram realizadas 20 Sessões Distritais e as Sessões Nacionais.

## 2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2020, englobam essencialmente os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos suportados por esta subactividade, num total de 182.554,93€, apresenta uma variação positiva de 4% (6.947,23€) em 2020, refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais das quais a Assembleia da República é membro, bem como em outras pequenas despesas, nos seguintes termos:

**Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS e OUTRAS DESPESAS**

Unidade: Euro

<b>ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Var%</b>
UIP	53 394,50	<b>53 111,64</b>	-0,5%
UIP – Grupo Doze Mais	536,00	<b>536,00</b>	0,0%
APCE	0,00	<b>10 000,00</b>	n.a.
APNATO	38 338,00	<b>38 827,00</b>	1,3%
APOSCE	35 701,00	<b>32 271,00</b>	-9,6%
ASG UIP	387,46	<b>416,27</b>	7,4%
APM	41 470,00	<b>41 470,00</b>	0,0%
Secretariado COSAC	2 283,43	<b>2 206,79</b>	-3,4%
Várias	3 497,31	<b>3 716,23</b>	6,3%
<b>Total</b>	<b>175 607,70</b>	<b>182 554,93</b>	<b>4,0%</b>

### 3. Atividades de Apoio

No ano de 2020, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos; à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, da qualidade de informação, e do tempo de resposta; ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes, com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações; à conservação do património imobiliário da AR, com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas que tornem a AR ambientalmente sustentável e eco eficiente, acrescendo as medidas tomadas no âmbito da prevenção da pandemia.

Conforme Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2020, a 43,9% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**”, por onde são pagos as remunerações e os encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa desta atividade, com 67,2% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

**Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

ATIVIDADES DE APOIO	OAR2020 Corrigido 1	Encargos assumidos		
		Montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/2)
Serviços da Assembleia da República	21 269 509,00	19 801 915,39	93,1%	67,2%
Gabinete do Secretário-Geral	626 960,00	614 296,38	98,0%	2,1%
Formação	217 775,00	93 431,45	42,9%	0,3%
Ação Social	340 628,46	241 610,12	70,9%	0,8%
Despesas de Funcionamento	13 453 399,14	8 576 548,75	63,8%	29,1%
Gabinete Médico	207 449,00	152 554,29	73,5%	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>36 115 720,60</b>	<b>29 480 356,38</b>	<b>81,63%</b>	<b>100,0%</b>

**Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

ATIVIDADES DE APOIO	Encargos Assumidos		
	2019	2020	Var%
Serviços da Assembleia da República	18 315 076,39	<b>19 801 915,39</b>	8,1%
Gabinete do Secretário-Geral	565 050,18	<b>614 296,38</b>	8,7%
Formação	78 112,96	<b>93 431,45</b>	19,6%
Ação Social	193 710,64	<b>241 610,12</b>	24,7%
Despesas de Funcionamento	8 652 807,95	<b>8 576 548,75</b>	-0,9%
Gabinete Médico	133 183,79	<b>152 554,29</b>	14,5%
<b>TOTAL</b>	<b>27 937 941,91</b>	<b>29 480 356,38</b>	<b>5,5%</b>

O acréscimo de 5,5% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” face a 2019 (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de 8,1% de encargos ao nível da subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” (representa em termos absolutos mais 1.486.839€), que se deve ao ingresso

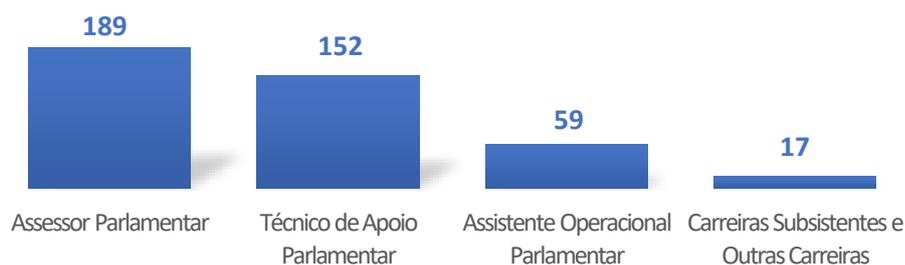
de novos 21 funcionários parlamentares em regime de estágio probatório, à atualização das remunerações (0,3%) e às alterações de posicionamento remuneratório. As restantes subatividades, com exceção das “**Despesas de Funcionamento**”, apresentaram variações positivas face à despesa realizada em 2019.

### 3.1 Gestão dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2020 encontravam-se **417 funcionários em efetividade de funções** nos serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 21 trabalhadores em regime de cedência de interesse público (dos quais 4 a desempenhar funções na UTAO).

Apresenta-se, de seguida, o gráfico de distribuição dos efetivos por carreiras, conforme estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Parlamentares – Lei n.º 23/2011, de 20 de maio.

**Gráfico 7 - MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP**



A carreira de assessor parlamentar destaca-se com 189 efetivos e uma representatividade de cerca de 45% do total de funcionários dos SAR. Aqui se incluem os assessores parlamentares que se encontram nomeados em funções dirigentes.

Na carreira de assistente operacional parlamentar há 7 funcionários nomeados como encarregados operacionais parlamentares.

Por outro lado, nas Entidades Administrativas Independentes, cujos orçamentos integram o OAR, em 31 de dezembro de 2020 encontravam-se 9 trabalhadores a prestar funções conforme quadro infra:

ENTIDADE	Nº DE FUNCIONÁRIOS
<b>CJP</b> Conselho dos Julgados de Paz	<b>6</b>
<b>CNPMA</b> Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida	<b>2</b>
<b>EFSE</b> Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado	<b>1</b>

Durante o ano de 2020, **ingressaram** no mapa de pessoal, após admissão em procedimento concursal, **11 assessores parlamentares e 10 técnicos de apoio parlamentar, que se encontram atualmente em regime de estágio probatório.**

### 3.2 Formação

No que se refere à **formação profissional** realizaram-se **9.495 horas de formação**, abrangendo todas as carreiras. Este volume de horas de formação corresponde a 65 ações de formação e 40 *webinars* certificados, realizadas ao longo de 2020.

Horas de Formação Por Carreira	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Formação Interna	589	1026			<b>1.615</b>
Formação externa	5.365	2.204,5	224	86,5	<b>7.880</b>
<b>Total</b>	<b>5.954</b>	<b>3.230,5</b>	<b>224</b>	<b>86,5</b>	<b>9.495</b>

O volume de horas de formação teve um incremento de 61% face a 2019. Este aumento deveu-se ao aumento do número de formações com maior duração e, a partir de março de 2020, vários *webinars* gratuitos.

### 3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

No que toca à difusão dos trabalhos e atividades parlamentares através do **Canal Parlamento**, apesar do início da pandemia ter correspondido a uma diminuição do número de reuniões plenárias semanais, o número de horas de gravação e difusão em direto destas reuniões aumentou em 2020 – 345 horas (contra 292 horas em 2019)

Por outro lado, foram gravadas e transmitidas 1129 horas de reuniões de comissões e apenas 3 horas de outros eventos ou cerimónias, num total de 1447 horas, transmitidas em direto na plataforma digital WebTV ([www.canal.parlamento.pt](http://www.canal.parlamento.pt)), valor inferior ao de 2019, o que se explica pelo facto de, em 2020, praticamente não terem sido difundidos através do **Canal** eventos.

Na Televisão Digital Terrestre (TDT) mantiveram-se as 3100 horas de emissão decorrentes do contratualizado entre a Assembleia da República e a concessionária do serviço de teledifusão nacional, o perfaz um **total de 6200 horas de gravação e transmissão de trabalhos parlamentares** em todas as plataformas ao dispor da AR TV.



A face digital do Parlamento continua a ser o **portal Internet** da Assembleia da República - [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt) - que registou em 2020 um **número total de visualizações de páginas 5 686 808**, o que representa uma média mensal de 473 901, significando **um aumento de 25,46% relativamente ao ano anterior**.

Em relação aos **perfis da Assembleia da República nas redes sociais** (no Facebook, no Instagram, no Youtube e no LinkedIn), acentuou-se em todos o aumento **do número de seguidores e de interações**, consequência da cada vez maior diversificação dos conteúdos produzidos, alguns dos quais especificamente dedicados a estas plataformas.

Pela relevância que têm na divulgação da imagem do Parlamento e pelo facto de representarem parte dos custos anuais com comunicação, salientam-se os 42 vídeos produzidos ao longo do ano.

A atividade cultural, no ano de 2020 foi uma das áreas que viram as atividades adiadas por força da pandemia. Conforme atrás referido foram suspensas as visitas guiadas à AR, foram cancelados eventos e exposições, o que não poderia deixar de ter um forte impacto nas ações previstas em plano para 2020.

Por essa razão, os dados que existem não são suscetíveis de serem abordados numa análise comparativa ou de cariz evolutivo, pelo que se apresentam unicamente dados estatísticos do ano de 2020, uns relativos às visitas guiadas e outros relativos às assistências ao plenário.

No que se refere às **visitas guiadas** que apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa, sendo que neste público alvo os participantes são maioritariamente estudantes de instituições dos vários graus de ensino (especial incidência do 5.º ao 12.º ano).

Conhecendo-se que em 2019 foram acolhidos **18.507** visitantes no Palácio de S. Bento, dos quais **13.337** participaram nas **349 visitas guiadas** realizadas, os dados relativos ao **ano de 2020**, são os que se apresentam no quadro seguinte:

	N.º de visitas	N.º de visitantes
Janeiro	54	2 029
Fevereiro	52	1 845
Março	15	465
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>4 171</b>

No que diz respeito à **assistência às sessões plenárias**, as presenças em 2019 foram de 18.976, sendo que **em 2020** foram as seguintes:

	N.º de escolas	N.º de assistentes
<b>Janeiro</b>	17	682
<b>Fevereiro</b>	54	2 650
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>3 332</b>

### 3.4 Funcionamento dos SAR

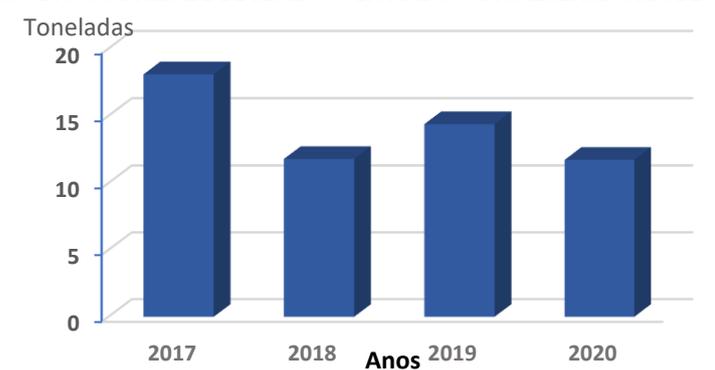
**3.4.1.** Os objetivos estratégicos para 2020 continuaram a centrar-se em **Melhorar a capacidade de resposta e eficiência**", **"Melhorar a comunicação"** e **"Reforçar a eficácia dos sistemas de informação"**, procurando dar-se cumprimento aos seguintes objetivos:

- **Reforçar a utilização de métodos de trabalho de equipa;**
- **Implementar metodologias e ferramentas de qualidade;**
- **Promover o desenvolvimento das capacidades dos funcionários;**
- **Promover uma melhor comunicação interna;**
- **Melhorar a segurança e qualidade da informação;**
- **Simplificar e melhorar procedimentos aplicados à área gestão de contratos;**
- **Melhorar o tempo de resposta e outputs.**

**3.4.2.** No que se refere à **política ambiental**, consubstanciada no objetivo de transformar a AR numa organização ambientalmente sustentável e eco eficiente foi dada continuidade à implementação dos Planos de Gestão Sectoriais, a saber: Plano de Gestão de Resíduos (aprovado em novembro/2017), Plano para a Implementação de Critérios Ambientais nos Processos de Aquisição da AR (aprovado em abril/2018) e Plano de Gestão de Energia (aprovado em novembro de 2018), tendo ainda sido aprovado o Plano de Gestão da Água de Consumo (em março/2020), terminando-se assim a produção de documentos sectoriais de gestão ambiental.

Não obstante as dificuldades inerentes a 2020, foram enviados para destino final adequado perto de 12 toneladas de resíduos (vide gráfico 8) tendo-se ainda concluído a fase 2 e preparada a fase 3 do processo de recolha seletiva de resíduos.

**Gráfico 8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS ENVIADOS ANUALMENTE PARA DESTINO FINAL ADEQUADO**

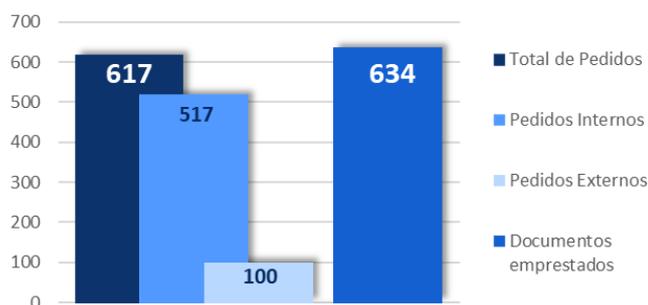


Relativamente à preparação da ARPPUE 2021, refira-se ainda a produção de documentação e informação ambiental no âmbito da vertente ambiental desta dimensão cujo destino é a página oficial da dimensão e as redes sociais associadas.

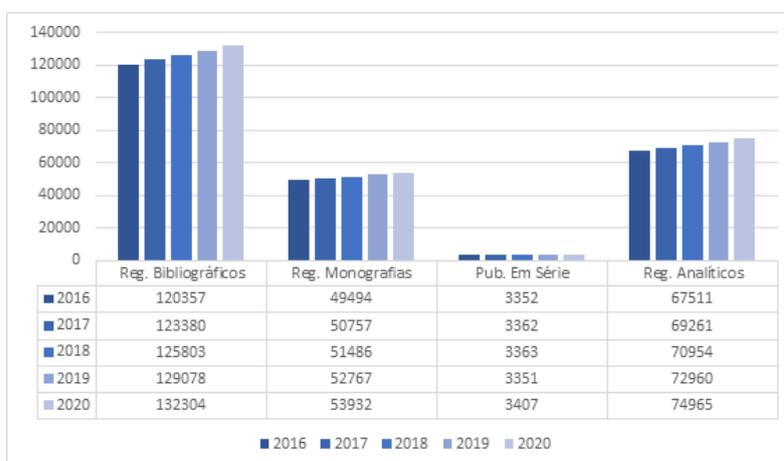
Por último, e talvez o aspeto mais afetado com a pandemia que caracterizou o ano de 2020, o trabalho de promoção de ações internas de educação ambiental por parte da Equipa Ambiente foi reduzido a comunicações eletrónicas tendo-se, contudo ministrado formação em gestão ambiental do módulo inicial de formação aos assessores parlamentares e técnicos de apoio parlamentar.

**3.4.3.** No que respeita à **Biblioteca Passos Manuel**, foram recebidos **617 pedidos no ano de 2020 e foram emprestados 634 documentos** (gráfico 9), sendo que no final do ano existiam no catálogo um **total de 132.304 registos** bibliográficos, dos quais: 53.932 são registos de monografias, 3.407 são registos de séries e 74.965 são registos de analíticos (artigos de publicações em série e de monografias) (gráfico 10).

**Gráfico 9 – DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA PASSOS MANUEL**



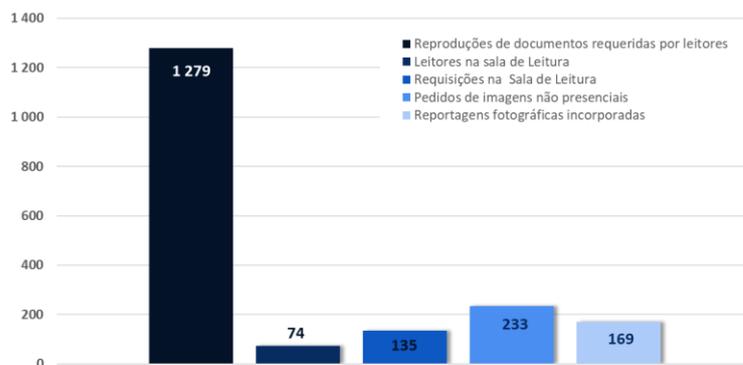
**Gráfico 10 – EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA PASSOS MANUEL**



**3.4.4.** No que respeita à atividade do **Arquivo Histórico Parlamentar**, é possível registar o conjunto de ações mais relevantes durante este ano, relacionadas especialmente com os serviços prestados aos

leitores internos e externos e com o número de reportagens fotográficas incorporadas (que geram despesa na aquisição e receita aquando da cedência), cujas fotografias são objeto de cedência, e que se podem resumir no gráfico seguinte:

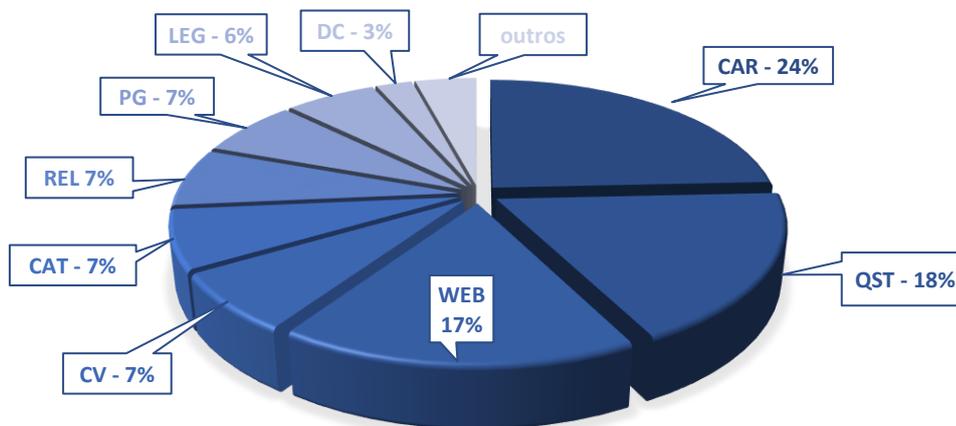
**Gráfico 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR**



**3.4.5.** A atividade do Núcleo de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2020, nas vertentes de tradução, retroversão e revisão de textos em seis línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, russo, alemão), num total de 412 pedidos que se traduzem em 1792 páginas, dos quais apenas 11 pedidos foram externalizados.

Quanto às tipologias dos documentos objeto de «pedidos de tradução», houve um grande aumento no número de pedidos de cartas face ao período homólogo, seguindo-se, por ordem decrescente: questionários, conteúdos para páginas Web (Assembleia da República e Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia), *curricula*, catálogos/modelos, relatórios, programas, legislação, discursos e outros.

**Gráfico 12 – TIPOLOGIA DE DOCUMENTOS**

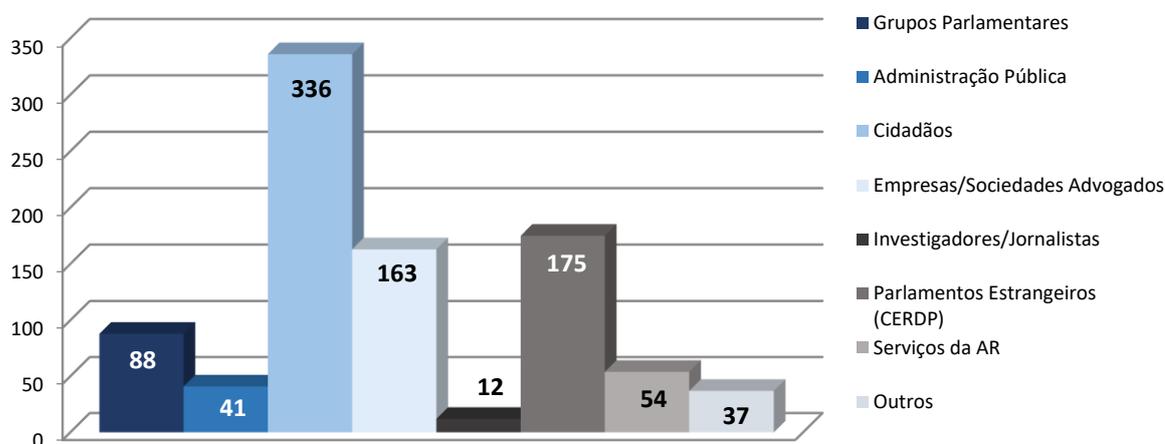


**CAR** - cartas; **QST** - questionários; **WEB** - site; **CV** - *curricula*; **REL** - Relatórios; **PG** - programas; **CAT** - catálogos/modelos; **LEG** - legislação; **DC** - discursos

O âmbito em que foram feitos os pedidos foi muito diversificado, destacando-se: a candidatura do Senhor Deputado Duarte Pacheco ao cargo de Presidente da União Interparlamentar; as respostas aos questionários do Centro Europeu de Pesquisa e Documentação Parlamentar (CERDP) e a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

**3.4.6.** Durante o ano de 2020, foi prestada **informação no âmbito da legislação nacional e estrangeira**, a utilizadores internos e externos, que correspondeu no total a 906 respostas.

**Gráfico 13 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO**



### 3.4.7 – Despesa realizada no âmbito do COVID-19

Cabe ainda nesta sede informar sobre o valor das aquisições efetuadas pela Assembleia da República, durante o ano de 2020, para a prevenção da doença provocada pelo COVID -19, que foi de **124.370,59€** e se distribuiu conforme quadro infra.

**Quadro 13 – DESPESA NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E MITIGAÇÃO DO COVID-19**

Descrição	Montante	(%)
Serviços de desinfeção/descontaminação de espaços	34 598,16	27,8%
Artigos desinfetantes (Álcool gel, soluções SABA, Bio germe, etc)	25 729,10	20,7%
EPI's - Artigos de proteção (máscaras, viseiras, luvas)	20 585,63	16,6%
Testes PCR e Testes rápidos antigénio	14 712,84	11,8%
Aquisição de proteções para postos de trabalho de atendimento ao público	8 727,47	7,0%
Outros Serviços	6 098,36	4,9%
Artigos de sinalização COVID-19 em vários espaços	5 494,72	4,4%
Outros equipamentos	4 646,28	3,7%
Equipamentos de desinfeção/purificação de ar	1 627,29	1,3%
Artigos e equipamentos para as salas de isolamento COVID-19	1 237,96	1,0%
Termómetros	912,78	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>124 370,59</b>	<b>100%</b>

## 4 – Atividade Editorial

Num ano marcado por uma acentuada redução nas atividades de âmbito cultural na Assembleia da República, em consequência das restrições impostas pela situação pandémica, a vertente editorial distinguiu-se neste contexto ao conseguir cumprir a generalidade dos objetivos previstos na sua programação, mantendo-se o volume de produção do ano anterior, com o mesmo número de livros editados. Assim, foram publicadas 17 obras em 2020, das quais nove são edições em papel, duas têm edições em papel e em formato eletrónico e seis foram publicadas exclusivamente em formato eletrónico (e-book e PDF).

No âmbito da conceção de materiais gráficos para os eventos do Parlamento, onde se incluem brochuras, folhetos, convites, cartazes, anúncios e outros materiais de divulgação, impressos e/ou digitais, assinalou-se uma diminuição diretamente proporcional à redução de eventos e da atividade parlamentar.

Em cumprimento das medidas previstas no Plano de Contingência da Assembleia da República para COVID-19, foi determinado o encerramento do atendimento presencial na Livraria Parlamentar durante cerca de três meses, entre março e maio, reabrindo esta em junho, com um horário reduzido e algumas limitações no acesso ao espaço. Esta circunstância ditou a redução na produção de objetos alusivos à história e ao património parlamentares, a suspensão das cerimónias de lançamentos de livros (registando-se apenas duas em 2020), assim como a cessação da dinamização do espaço através da iniciativa "Pausa na Livraria", que, no ano em apreço, teve apenas uma edição.

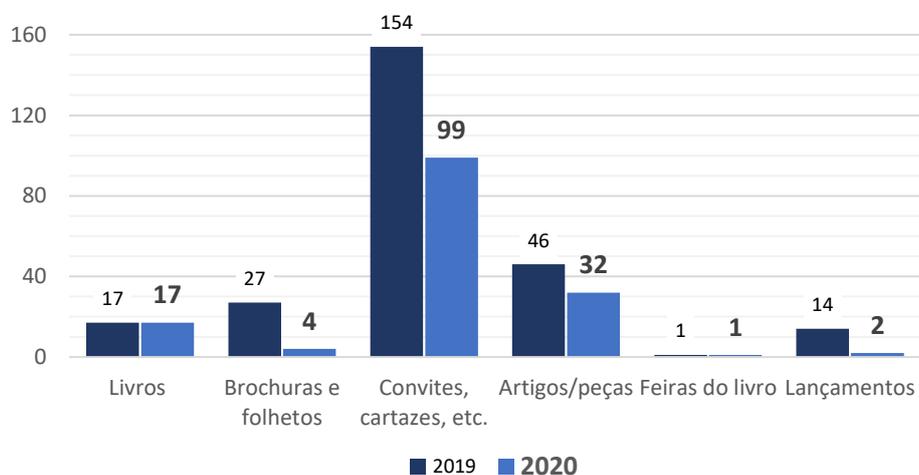
O volume de vendas da Livraria Parlamentar registou, consequentemente, uma quebra de 31,52 % face a 2019, tendo totalizado um valor líquido de 35 201,68 €.

A habitual participação da Assembleia da República na Feira do Livro de Lisboa foi adiada, tendo decorrido este ano, excecionalmente, de 27 de agosto a 13 de setembro. Em termos de afluência de visitantes, registou-se uma diminuição significativa devido à pandemia, como, de resto, era expectável. Foram vendidos um total de 689 artigos, menos 30,3% do que em 2019, o que representa uma quebra de 7,8% nas saídas de livros e de 49,1%, na quantidade de peças e artigos de merchandising comercializados. Assim, o valor total de vendas registado no pavilhão da AR – 5.672,13 € –, apesar de representar uma diminuição de 20,8% em relação ao ano anterior (o mais elevado dos últimos 13), situa-se 11,4% acima valor médio de vendas dos últimos 10 anos, permitindo a manutenção da tendência de crescimento.

### Quadro 14 - ATIVIDADE EDITORIAL 2020

<b>Livros</b>	
Impressos	11
Eletrónicos	6
<b>Material promocional e de apoio a eventos</b>	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios, cartazes	103
Agendas	2
<b>Peças</b>	
Porcelanas, peles, cortiças, papelaria	22 + 10 reedições
<b>Exposições</b>	
Organização e colaboração (inclui apoio a itinerâncias)	0
<b>Feiras do livro</b>	
Lisboa e Livraria Parlamentar	1
<b>Lançamento de livros</b>	
Edições AR	1
Outras editoras	1

### Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL 2019-2020



## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1. Bilateral

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2020, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com quatro Parlamentos de Língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 3 ações (por videoconferência);**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 2 ações (por videoconferência);**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 2 ações (presencialmente, em São Tomé e Príncipe);**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 2 ações (por videoconferência).**

### 5.2. Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral e, no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República viu-se forçada a cancelar a organização do VII Curso de Formação Interparlamentar que deveria ter tido lugar em Lisboa, na primavera.

Procurando contribuir para a reflexão sobre a reorganização dos parlamentos no quadro da crise provocada pelo coronavírus, a Assembleia da República organizou o I *Webinar* da Associação, sobre o tema “Os parlamentos de língua portuguesa em tempos de pandemia”, no dia 21 de julho.

A Assembleia da República participou ainda no I Encontro de Quadros de Comunicação Social, sob o lema “Os desafios da comunicação institucional em tempos de pandemia”, que decorreu em setembro, com organização da Assembleia Nacional de Angola, por videoconferência, e no XV Encontro de Quadros na Área de Informática, sobre o tema “Como as TICs dos parlamentos responderam à pandemia”, organizado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados do Brasil, em novembro, também por videoconferência.

O Encontro de Secretários-Gerais realizou-se igualmente por videoconferência, nos dias 28 e 29 de setembro, com o objetivo de debater o impacto da pandemia na administração e no processo legislativo dos parlamentos.



Em 2020, foram ainda realizadas três missões de *Twinning*, no contexto do apoio em várias áreas aos Parlamentos da Federação da Bósnia-Herzegovina, das quais duas foram efetuadas localmente e uma por videoconferência.

A Assembleia da República participou ainda na reunião do Comité Diretor do Projeto INTERPARES, da Comissão Europeia, realizada em janeiro, em Atenas, tendo mantido a colaboração pontual com este projeto, através da designação de peritos que participaram em reuniões no âmbito da igualdade de género, alterações climáticas e da participação dos jovens na política.

## 6. Gestão das Tecnologias de Informação

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia e pelas alterações ao normal funcionamento da AR, derivadas da implementação de medidas de prevenção de transmissão do vírus. Esta circunstância teve impacto tanto ao nível do normal funcionamento da AR, com a introdução de trabalho remoto a uma grande parte dos funcionários, como na organização das atividades Parlamentares (sessões plenárias e reuniões de comissão). Nesta medida, houve necessidade de adaptar as soluções informáticas a esta nova realidade por forma a continuar a ser garantido o funcionamento da instituição. A título meramente indicativo destaca-se o alargamento do sistema informático de registo de presenças em plenário aos postos de trabalho dos gabinetes de Deputados, implementado em novembro, que visou reduzir a necessidade dos mesmos se deslocarem à Sala das Sessões apenas para este efeito. Por outro lado, verificou-se um aumento exponencial do uso do sistema de videoconferência, em especial como suporte às reuniões de Serviços, GP, reuniões de plenário e de comissão, mas também como suporte à organização das equipas e serviços.

Apesar do impacto da adoção das medidas de contenção da pandemia ter sido muito significativo, foram concretizados projetos, tal como previsto, visando a modernização administrativa e tecnológica, nomeadamente a colocação de sensores de estacionamento no parque de estacionamento subterrâneo da AR e o desenvolvimento de sistemas de registo de ofertas, deslocações e hospitalidades. Decorreram vários projetos destinados ao reforço da segurança informática, que foi um tema que se revestiu de uma importância significativa neste período, dado que muitos utilizadores utilizaram computadores pessoais para acesso ao SIAR, aumentando assim os riscos associados à utilização destes equipamentos.

Ao nível da implementação de melhorias das soluções tecnológicas, realça-se a implementação de nova solução de ar condicionado do CPD e a conclusão do desenvolvimento do novo sistema de gestão da Atividade Parlamentar (AP).

**6.1** - No âmbito da **promoção da modernização administrativa e tecnológica**, destacam-se os seguintes projetos:

- **Registo de presenças no Plenário - Sistema de Monitorização de Servidores e Aplicações;**
- **Videoconferência e Participação Remota nas Sessões Plenárias;**
- **Sistema Integrado de Gestão da Sala de Segurança;**
- **Registo de ofertas, deslocações e hospitalidades;**
- **Sistema de Gestão Documental;**
- **Automatização da criação de sites de Comissões/Subcomissões/Grupos de Trabalho no site do Parlamento;**
- **Adoção de novas versões de browsers na utilização das aplicações desenvolvidas pela AR;**

**6.2** – Ao nível do reforço da segurança informática e de informação realizam-se os seguintes projetos:

- **Entrada em produção da funcionalidade DNSSEC;**
- **Implementação de proteções DKIM, DMARK e DANE;**
- **Multifatores de Autenticação;**
- **Atualização de Firewalls;**
- **Alteração da Arquitetura de Acesso;**
- **Aquisição de solução de Direitos Digitais;**
- **Ações de Consciencialização para a Segurança Informática (Vídeos Formativos);**
- **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.**

**6.3** – Relativamente ao desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas já existentes, foram implementados diversos projetos que concorreram para este objetivo, entre os quais:

- **Conclusão do desenvolvimento do novo sistema de gestão da Atividade Parlamentar (AP);**
- **Renovação de Cablagem no Edifício D. Carlos;**
- **Implementação de nova solução de ar condicionado do CPD;**
- **Aquisição de computadores portáteis para os SAR;**
- **Rede Wifi no Novo Edifício: Ciclo de Análise, alteração e teste;**
- **Preparação dos eventos referentes à ARPPUE2021.**

**6.4** – Ao nível do reforço do potenciar a redução de custos, realiza-se o seguinte:

- **Descontinuação do Sistema de Proxy em funcionamento explícito;**
- **Gestão de Equipamentos Xerox.**

## 7. Investimentos

### 7.1 Investimentos realizados em 2020

No âmbito do investimento, ressalta do Quadro 15, que, apesar de um acréscimo de 7% no montante orçamentado para 2020 face a 2019, a respetiva execução foi de apenas 39,4% (Quadro 16) e em particular nas rubricas de “edifícios”, de domínio privado (7,3%), “equipamento de informática” (28,2%) e “equipamento de gravação e audiovisual” (21,9%).

**Quadro 15 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO**

Unid: Euro

INVESTIMENTO	OAR2019	OAR2020	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	
Edifícios	1 274 100,00	<b>1 363 785,00</b>	7,0%
Equipamento de informática	1 811 707,00	<b>1 417 658,29</b>	-21,8%
Software informático	853 114,00	<b>1 033 351,10</b>	21,1%
Equipamento Administrativo	508 193,00	<b>730 856,00</b>	43,8%
Artigos e objetos de valor	6 000,00	<b>6 000,00</b>	0,0%
Equipamento de gravação e audiovisual	1 682 004,00	<b>1 833 600,00</b>	9,0%
Investimentos Incorpóreos	2 230,00	<b>0,00</b>	-100,0%
Bens do Domínio Público	1 000 000,00	<b>1 224 992,00</b>	22,5%
Outros Investimentos	0,00	<b>30 000,00</b>	n.a.
<b>TOTAL</b>	<b>7 137 348,00</b>	<b>7 640 242,39</b>	<b>7,0%</b>

**Quadro 16 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS**

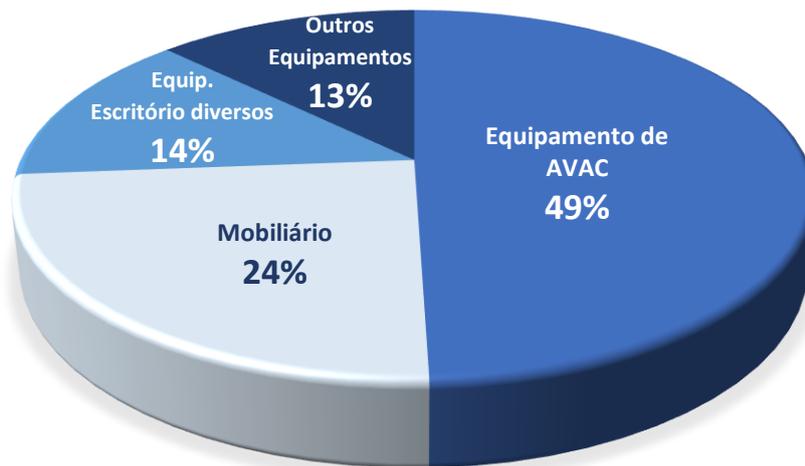
Unid: Euro

INVESTIMENTO	2020		
	Corrigido	Encargos Assumidos	GR%
	1	2	3
Edifícios	1 363 785,00	99 751,86	7,3%
Equipamento de informática	1 417 658,29	400 416,24	28,2%
Software informático	1 033 351,10	601 658,86	58,2%
Equipamento Administrativo	730 856,00	497 694,31	68,1%
Artigos e objetos de valor	6 000,00	571,28	9,5%
Equipamento de gravação e audiovisual	1 833 600,00	402 259,17	21,9%
Bens do Domínio Público	1 224 992,00	994 518,18	81,2%
Outros Investimentos	30 000,00	14 913,75	49,7%
<b>TOTAL</b>	<b>7 640 242,39</b>	<b>3 011 783,65</b>	<b>39,4%</b>

Os objetivos estratégicos, na envolvente do investimento, passaram por **garantir melhores condições de trabalho com ecoeficiência**, designadamente através das seguintes ações:

- **Apetrechar os Gabinetes, SAR, GP's, DURP's, NINSC e EAI dos equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, pelo que neste domínio do “Equipamento administrativo” verificou-se uma taxa de execução orçamental na ordem dos 68,1%, distribuída pelas seguintes áreas:

**Gráfico 15 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2020**



Observa-se no Gráfico 15 que o maior investimento, no domínio do equipamento administrativo, foi realizado na área de aquecimento, ventilação e ar condicionado – AVAC (49%) - distribuído pelos vários edifícios da AR, o qual Incluiu as seguintes ações:

- Fornecimento e instalação de duas torres de arrefecimento do equipamento AVAC do Novo Edifício;
- Aquisição de quatro equipamentos de ar condicionado portáteis para os gabinetes do GP/PSD no Edifício Novo;
- Fornecimento de três unidades de AVAC para a CNE (sala de informática e de reuniões) no edifício das EAI;
- Fornecimento e instalação de unidade de ar condicionado para o depósito das revistas portuguesas (Biblioteca) - Palácio de São Bento;
- Fornecimento de novo sistema de ar condicionado de conduta para a sala grande da Biblioteca - 4º piso do Ed. D. Carlos I;
- Fornecimento de duas unidades de climatização para as salas da DRHF - 6º piso do Ed. D. Carlos I.
- Fornecimento de termoacumulador para o bar do Ed. D. Carlos I.

Por outro lado, o investimento efetuado no mobiliário (24%) destinou-se a dotar as novas instalações dos DURP's e NINSC's, no Palácio de São Bento, de mobiliário diverso, assim como se prosseguiu a política de substituição de cadeiras de secretárias nos GP's e SAR, acompanhada da aquisição de

alguns postos de trabalho. Procedeu-se, ainda, à aquisição de estantes para os depósitos do AHP e de marquesas destinadas às salas de isolamento COVID-19.

No que respeita ao investimento efetuado em equipamentos de escritório diverso (14%) destinou-se, sobretudo, à aquisição de candeeiros de secretária, máquinas destruidoras de papel; aquisição de projetor e de tela móvel de projeção para sala de reuniões; frigobares, bem como, se prosseguiu com a substituição de televisores antigos (com caixa) por LCD's que ocupam menos espaço e são mais eficientes do ponto de vista energético, consumindo menos eletricidade.

Por último, o investimento em outros equipamentos (13%) destinou-se ao fornecimento e instalação do novo sistema de tratamento de águas (STA) para as torres de arrefecimento do equipamento AVAC do Novo Edifício; ao fornecimento de uma UPS para o equipamento de audiovisual da Sala de Senado e à aquisição de Termo higrógrafos digitais para as 7 salas de arquivo do AHP.

- **Melhoria contínua das instalações** que agrega a **conservação do Património Imobiliário da AR**. Em termos de obras de melhoria/conservação foram concluídas as seguintes **empreitadas**:
  - Empreitada para instalação de nova infraestrutura de ar condicionado nas salas 1, 2 e 3 das Comissões - Palácio de São Bento;
  - Empreitada para criação de plataforma de suporte para as bombas de calor da central térmica - Palácio de São Bento;
  - Empreitada para remodelação da central de aquecimento do Palácio de São Bento;
  - Empreitada para substituição da climatização das salas 5048 a 5059 do Palácio de São Bento;
  - Empreitada de extensão do Gabinete Médico e de Enfermagem - Andar Nobre do Palácio de São Bento; e
  - Empreitada de alimentação de energia das bombas de calor do Palácio de São Bento.

Verifica-se que o investimento efetuado em "bens de domínio público", no edificado do Palácio de São Bento, destinou-se essencialmente a renovar as infraestruturas de aquecimento, ventilação e climatização (AVAC) de um imóvel classificado, justificando a execução orçamental alcançada (81,2%).

Relativamente à fraca execução orçamental obtida nos outros edifícios (7,3%) tende a ser justificada pela complexidade na execução dos projetos associados à implementação do Centro Interpretativo Parlamentar (CIP), designadamente, o "**projeto de conceção do CIP**" que tem a cargo a conceção da imagem do CIP, bem como a definição dos respetivos métodos expositivos e a organização do espaço de exibição, como seja, a apresentação de conteúdos relativos às áreas dos meios comunicativos e expositivos e a definição das especificações técnicas necessárias à aquisição dos

equipamentos, bem como o “projeto para a adaptação arquitetónica do edifício Casa Amarela para instalação do CIP” que pretende criar as condições ideais para acomodar os espaços de museografia, comunicação multimédia, auditório, loja, cafetaria, entre outros espaços. O anteprojeto de arquitetura e engenharia encontra-se concluído e considerando as inúmeras especialidades envolvidas neste anteprojeto, foi contratada uma revisão externa do mesmo com o objetivo de avaliar a qualidade e consistência das soluções do projeto, assim com prevenir eventuais erros e omissões.

Comprova-se, deste modo, que os projetos de grande dimensão e complexidade se prolongaram para além do prazo previsto, nomeadamente em razão da necessidade de auscultar entidades públicas licenciadoras, determinando a execução da empreitada de implementação do CIP para o próximo ano.

## 7.2 Projetos transitados para 2021

A identificação dos projetos da Assembleia da República com encargos transitados para 2021, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

**Quadro 17 – PROJETOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2021**

	Unid: Euro
<b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO</b>	
07.03.02 - Bens de Domínio Público - edifícios	<b>135 854,10</b>
<b>Edifícios</b>	
07.01.03 B0A0 - Edifícios - Conservação e Reparação	<b>16 108,25</b>
<b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>	
07.01.07 A e B - Material de informática - hw comunicação e outro	<b>214 711,04</b>
<b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>	
07.01.08 A e B - Software informático - software de comunicação e outro software	<b>172 623,79</b>
<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	
07.01.09 B - Outro equipamento administrativo	<b>88 449,59</b>
<b>OUTROS INVESTIMENTOS</b>	
07.01.15 B0B0 - Outros Investimentos	<b>14 913,75</b>
<b>Total</b>	<b>642 660,52</b>

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas ("Comissão Nacional de Eleições" (CNE), "Comissão Nacional de Proteção de Dados" (CNPD), "Entidade Reguladora para a Comunicação Social" (ERC), "Provedoria de Justiça", "Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" (CADA), "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" (CNECV)) e "Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência" (Me-CDPD), mas também as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR: "Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" (CFSI), "Conselho dos Julgados de Paz" (CJP), "Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida" (CNPMA), "Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado", "Observatório Técnico Independente", e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

No que respeita aos orçamentos das entidades autónomas que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro abaixo, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

**Quadro 18 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

ENTIDADES	OAR2019	OAR2020	Var%
	corrigido	corrigido	
	1	2	3
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1 823 240,00	<b>1 823 240,00</b>	0,0%
Comissão Nacional de Eleições	2 380 400,00	<b>2 116 450,00</b>	-11,1%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	<b>5 269 880,00</b>	0,0%
Comissão Nacional de Proteção de Dados	2 077 445,00	<b>2 375 701,00</b>	14,4%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	806 000,00	<b>806 000,00</b>	0,0%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	316 117,00	<b>346 179,35</b>	9,5%
Monitorização da Implementação Convenção DPD	850,00	<b>280 193,00</b>	exp.
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	199 416,59	<b>167 474,00</b>	-16,0%
Conselho dos Julgados de Paz	272 666,44	<b>279 870,00</b>	2,6%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	284 766,01	<b>316 696,72</b>	11,2%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	188 106,27	<b>218 606,00</b>	16,2%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	90 315,00	<b>88 000,00</b>	-2,6%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	116 748,08	<b>161 265,00</b>	38,1%
Observatório Técnico Independente	508 841,00	<b>551 090,00</b>	8,3%
Comissão Independente para a Descentralização	646 498,66	<b>0,00</b>	-100,0%
Associação dos Ex-Deputados	46 000,00	<b>46 000,00</b>	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14 017,00	<b>16 000,00</b>	14,1%
<b>TOTAL</b>	<b>15 041 307,05</b>	<b>14 862 645,07</b>	<b>-1,2%</b>

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 89,4%, sendo que, no que respeita às Entidades autónomas que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2020 e à não requisição da totalidade das verbas, atendendo, por exemplo, ao nível de receitas próprias registado por algumas entidades. De referir que a variação comparativa exponencial de dotações do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência" (Me-CDPD), conforme Quadro 18, traduz o orçamento anual inaugural daquela entidade, verificado em 2020, cuja execução não se viria contudo a materializar (conforme patente no Quadro 19) No que respeita aos restantes Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 93,3% (OTI) e 36,6% (EFSE), como se infere do Quadro 19:

**Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

ENTIDADES	OAR2020		
	Dotação corrigida 1	Encargos Assumidos 2	GR% 3
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1 823 240,00	1 823 240,00	100,0%
Comissão Nacional de Eleições	2 116 450,00	2 027 006,00	95,8%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	5 269 880,00	100,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2 375 701,00	1 852 000,00	78,0%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	806 000,00	753 429,00	93,5%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	346 179,35	174 652,35	50,5%
Monitorização da Implementação Conv enção DPD	280 193,00	0,00	0,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	167 474,00	129 049,75	77,1%
Conselho dos Julgados de Paz	279 870,00	241 831,55	86,4%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	316 696,72	183 953,12	58,1%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	218 606,00	166 478,99	76,2%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	88 000,00	58 739,58	66,7%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	161 265,00	58 955,29	36,6%
Observ atório Técnico Independente	551 090,00	514 265,60	93,3%
Associação dos Ex-Deputados	46 000,00	23 000,00	50,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	16 000,00	16 000,00	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>14 862 645,07</b>	<b>13 292 481,23</b>	<b>89,4%</b>

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, importa salientar que a Lei n.º 4/2017, de 16 de janeiro, determinou a redução definitiva de 10% das subvenções aos partidos políticos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho e de 20% da subvenção para campanhas eleitorais, a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º do mesmo diploma legal.

Nestes termos, foram inscritos 13.970.092,76€ para fazer face ao pagamento das **subvenções aos partidos políticos** considerando os votos/resultados eleitorais das eleições legislativas de 2019, com um grau de execução de 100%.

Foram ainda orçamentados, a título de “**Subvenção pública para as campanhas eleitorais**”, 10.762.725,07€, alcançando uma taxa de execução orçamental de 82,1%.

A verba orçamentada para esta natureza de subvenções teve origem quer em transferências do OE – 746.256€ ( verba destinada à subvenção para a campanha eleitoral das Legislativas Regionais dos Açores)- quer em receitas próprias, face à cobrança de RNAP e à necessidade de fazer face ao aumento do IAS em 2020, não previsto em OAR2020 inicial.

Os saldos de subvenções para as campanhas eleitorais, à data de 31/12/2019, eram os seguintes:

- 500.000,00€- saldo que transitou **de 2019** relativo às **Autárquicas de 2013**;
- 7.893.788,41€ - saldo que transitou **de 2019** relativo às **Autárquicas de 2017**;
- 153.730,58€ - saldo que transitou **de 2019** relativo ao **Parlamento Europeu 2019**;
- 1.288.911,11€ - saldo que transitou **de 2019** relativo às **Legislativas de 2019**;

Foram ainda cobrados Reposições Não Abatidas a Pagamentos no montante de 476.597,09€ relativos às eleições **Autárquicas de 2013** e no montante de 12,58€ relativos às eleições **Legislativas de 2019**, constituindo receita de 2020:

No ano de 2020 foi entregue ao Tesouro o saldo o montante de 500.000,00€, relativo da subvenção para a campanha das eleições Autárquicas de 2013 e 7.000.000,00€ relativo à subvenção para a campanha das eleições Autárquicas de 2017, sendo que estes dois processos ainda não se encontram concluídos. Foi ainda entregue ao tesouro o montante de 153.730,58€ relativo à subvenção para a campanha das eleições ao Parlamento Europeu, processo que se encontra encerrado.

Os saldos em aberto a 31/12/2020, constantes do mapa infra, oriundos de transferências do OE, relativos às subvenções às campanhas eleitorais serão devolvidos ao Tesouro quando o processo de pagamento e de cobrança das reposições inerentes a esses atos eleitorais se encontrarem concluídos.

ELEIÇÕES	SALDO 31/12/2019	REQUISITADO EM 2020	EXECUÇÃO EM 2020	DEVOLVIDO DGT EM 2020	RNAPS COBRADAS EM 2020	Compensação à atualização IAS 2020	SALDO 31/12/2020
	1	2	3	4	5	6	7 (+2-3-4+5-6)
AUTÁRQUICAS 2013	500 000,00	0,00	39 935,95	500 000,00	476 597,09	0,00	436 661,14
AUTÁRQUICAS 2017	7 893 788,41	0,00	0,00	7 000 000,00	0,00	0,00	893 788,41
PARLAMENTO EUROPEU 2019	153 730,58	0,00	0,00	153 730,58	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVAS REGIONAIS DA RA AÇORES 2020	0,00	764 256,00	626 580,02	0,00	0,00	0,00	137 675,98
LEGISLATIVAS 2019	1 288 911,11	0,00	518 214,40	0,00	12,58	97 100,76	673 608,53
<b>TOTAL</b>	<b>9 836 430,10</b>	<b>764 256,00</b>	<b>1 184 730,37</b>	<b>7 653 730,58</b>	<b>476 609,67</b>	<b>97 100,76</b>	<b>2 141 734,06</b>

## 9. Execução Financeira

### 9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 20, ressalta um grau de execução orçamental global de 76,3%, face a uma execução financeira que foi de 74,8%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

**Quadro 20 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)**

Unidade: Euro

DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	Dotação corrigida 1	OAR2020 Encargos Assumidos 2	Despesa Paga 3	GR%	
				Orçamental 4 (2/1)	Financeira 5 (3/1)
<b>Corrente</b>	<b>83 485 653,41</b>	<b>64 137 448,60</b>	<b>62 870 287,86</b>	<b>76,8%</b>	<b>75,3%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>53 845 113,82</b>	<b>50 353 469,90</b>	<b>50 350 961,44</b>	<b>93,5%</b>	<b>93,5%</b>
Remun. certas e permanentes	40 238 846,07	38 362 038,36	38 360 058,26	95,3%	95,3%
Abonos variáveis ou eventuais	4 275 807,75	3 315 078,28	3 315 078,28	77,5%	77,5%
Segurança social	9 330 460,00	8 676 353,26	8 675 824,90	93,0%	93,0%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>22 079 236,03</b>	<b>12 446 289,35</b>	<b>11 191 637,07</b>	<b>56,4%</b>	<b>50,7%</b>
Aquisição de bens	1 794 788,86	957 326,35	843 979,07	53,3%	47,0%
Aquisição de serviços	20 284 447,17	11 488 963,00	10 347 658,00	56,6%	51,0%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>3 000,00</b>	<b>2 426,48</b>	<b>2 426,48</b>	<b>80,9%</b>	<b>80,9%</b>
Juros e outros encargos	3 000,00	2 426,48	2 426,48	80,9%	80,9%
<b>Transferências correntes</b>	<b>67 800,00</b>	<b>39 000,00</b>	<b>39 000,00</b>	<b>57,5%</b>	<b>57,5%</b>
Entidades Privadas ou Públicas	62 000,00	39 000,00	39 000,00	62,9%	62,9%
Exterior	5 800,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Subvenções</b>	<b>1 043 499,72</b>	<b>1 043 399,64</b>	<b>1 043 399,64</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Subvenção aos Grupos Parlam.	1 043 499,72	1 043 399,64	1 043 399,64	100,0%	100,0%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>6 447 003,84</b>	<b>252 863,23</b>	<b>242 863,23</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,8%</b>
Dotação provisional	6 048 570,50	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Diversas	398 433,34	252 863,23	242 863,23	63,5%	61,0%
<b>Capital</b>	<b>12 305 436,39</b>	<b>3 018 975,78</b>	<b>2 376 315,26</b>	<b>24,5%</b>	<b>19,3%</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>7 697 436,39</b>	<b>3 018 975,78</b>	<b>2 376 315,26</b>	<b>39,2%</b>	<b>30,9%</b>
Investimentos	6 472 444,39	2 024 457,60	1 517 651,18	31,3%	23,4%
Bens do Domínio Público	1 224 992,00	994 518,18	858 664,08	81,2%	70,1%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>18 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Resto do Mundo	18 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>4 590 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Dotação provisional	4 590 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Total AR</b>	<b>95 791 089,80</b>	<b>67 156 424,38</b>	<b>65 246 603,12</b>	<b>70,1%</b>	<b>68,1%</b>
<b>Transf. Ent. Aut. &amp; subvenções</b>	<b>37 750 461,18</b>	<b>34 708 760,96</b>	<b>34 708 760,96</b>	<b>91,9%</b>	<b>91,9%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>12 345 048,00</b>	<b>11 245 612,00</b>	<b>11 245 612,00</b>	<b>91,1%</b>	<b>91,1%</b>
Administração Central	12 345 048,00	11 245 612,00	11 245 612,00	91,1%	91,1%
<b>Subsídios/ Subvenções</b>	<b>16 819 960,10</b>	<b>15 154 823,03</b>	<b>15 154 823,03</b>	<b>90,1%</b>	<b>90,1%</b>
Instituições/ fins lucrativos	16 819 960,10	15 154 823,03	15 154 823,03	90,1%	90,1%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>672 000,00</b>	<b>654 000,00</b>	<b>654 000,00</b>	<b>97,3%</b>	<b>97,3%</b>
Administração Central	672 000,00	654 000,00	654 000,00	97,3%	97,3%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>7 913 453,08</b>	<b>7 654 325,93</b>	<b>7 654 325,93</b>	<b>96,7%</b>	<b>96,7%</b>
Saldos - Devolução Tesouro	7 913 453,08	7 654 325,93	7 654 325,93	96,7%	96,7%
<b>Total Global</b>	<b>133 541 550,98</b>	<b>101 865 185,34</b>	<b>99 955 364,08</b>	<b>76,3%</b>	<b>74,8%</b>

A despesa assumida que não teve execução financeira ascendeu a 1.909.821,26€, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 21, sendo que deu origem à transição de encargos, por processar.

**Quadro 21 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2021 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2020				Encargos por pagar 5 (1-3)
	Encargos Assumidos 1	Estrutura 2 (1/Σ1)	Despesa Paga 3	Estrutura 4 (3/Σ3)	
<b>Corrente</b>	<b>64 137 448,60</b>	<b>63,0%</b>	<b>62 870 287,86</b>	<b>62,9%</b>	<b>1 267 160,74</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>50 353 469,90</b>	<b>49,4%</b>	<b>50 350 961,44</b>	<b>50,4%</b>	<b>2 508,46</b>
Remun. certas e permanentes	38 362 038,36	37,7%	38 360 058,26	38,4%	1 980,10
Abonos variáveis ou eventuais	3 315 078,28	3,3%	3 315 078,28	3,3%	0,00
Segurança social	8 676 353,26	8,5%	8 675 824,90	8,7%	528,36
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>12 446 289,35</b>	<b>12,2%</b>	<b>11 191 637,07</b>	<b>11,2%</b>	<b>1 254 652,28</b>
Aquisição de bens	957 326,35	0,9%	843 979,07	0,8%	113 347,28
Aquisição de serviços	11 488 963,00	11,3%	10 347 658,00	10,4%	1 141 305,00
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>2 426,48</b>	<b>0,0%</b>	<b>2 426,48</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Juros e outros encargos	2 426,48	0,0%	2 426,48	0,0%	0,00
<b>Transferências correntes</b>	<b>39 000,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>39 000,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Privadas ou Públicas	39 000,00	0,0%	39 000,00	0,0%	0,00
<b>Subvenções</b>	<b>1 043 399,64</b>	<b>1,0%</b>	<b>1 043 399,64</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,00</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	1 043 399,64	1,0%	1 043 399,64	1,0%	0,00
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>252 863,23</b>	<b>0,2%</b>	<b>242 863,23</b>	<b>0,2%</b>	<b>10 000,00</b>
Diversas	252 863,23	0,2%	242 863,23	0,2%	10 000,00
<b>Capital</b>	<b>3 018 975,78</b>	<b>3,0%</b>	<b>2 376 315,26</b>	<b>2,4%</b>	<b>642 660,52</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>3 018 975,78</b>	<b>3,0%</b>	<b>2 376 315,26</b>	<b>2,4%</b>	<b>642 660,52</b>
Investimentos	2 024 457,60	2,0%	1 517 651,18	1,5%	506 806,42
Bens do Domínio Público	994 518,18	1,0%	858 664,08	0,9%	135 854,10
<b>Transferência de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Resto do Mundo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
<b>Total AR</b>	<b>67 156 424,38</b>	<b>65,9%</b>	<b>65 246 603,12</b>	<b>65,3%</b>	<b>1 909 821,26</b>
<b>Transf. Ent. Aut. &amp; subvenções</b>	<b>34 708 760,96</b>	<b>34,1%</b>	<b>34 708 760,96</b>	<b>34,7%</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>11 245 612,00</b>	<b>11,0%</b>	<b>11 245 612,00</b>	<b>11,3%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	11 245 612,00	11,0%	11 245 612,00	11,3%	0,00
<b>Subsídios/ Subvenções</b>	<b>15 154 823,03</b>	<b>14,9%</b>	<b>15 154 823,03</b>	<b>15,2%</b>	<b>0,00</b>
Instituições/ fins lucrativos	15 154 823,03	14,9%	15 154 823,03	15,2%	0,00
<b>Transferência de Capital</b>	<b>654 000,00</b>	<b>0,6%</b>	<b>654 000,00</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	654 000,00	0,6%	654 000,00	0,7%	0,00
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>7 654 325,93</b>	<b>7,5%</b>	<b>7 654 325,93</b>	<b>7,7%</b>	<b>0,00</b>
Saldos - Devolução Tesouro	7 654 325,93	7,5%	7 654 325,93	7,7%	0,00
<b>Total Global</b>	<b>101 865 185,34</b>	<b>100,0%</b>	<b>99 955 364,08</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 909 821,26</b>

O Quadro 21 evidencia, assim, os encargos transitados para 2021 por pagar (deste valor só transitam os encargos por processar, distintos dos "por pagar"), e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 75,3%, tendo transitado por pagar o montante de 1.267.160,74€.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos de 2020 de 19,3%, face aos 67,8% de 2019, aos 72,8% de 2018, e aos 79,3% de 2017. Transitou para 2020 um valor de despesa, autorizada e não paga, de 642.660,52€.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2021, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## 9.2 Das Receitas

Importa salientar, na estrutura da receita, que as verbas cobradas pela Assembleia da República representam 0,3% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um decréscimo de 38,9% face ao valor cobrado em 2019 e, no seu conjunto, apresentam um grau de realização de 78,7% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 22).

**Quadro 22 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

RECEITAS COBRADAS POR NATUREZA	OAR 2019 1	OAR 2020 2	Var% 3
Publicações, impressos e artigos diversos	22 959,29	<b>15 501,14</b>	-32,5%
Outros bens	28 450,05	<b>19 700,54</b>	-30,8%
Juros	0,00	<b>625,00</b>	n.a.
Reposições não abatidas	72 188,99	<b>26 612,27</b>	-63,1%
Vendas de senhas de refeição	240 929,56	<b>161 144,45</b>	-33,1%
Rendas	48 782,67	<b>48 256,19</b>	-1,1%
Venda de bens de investimento	20 584,32	<b>4 094,73</b>	-80,1%
Receitas diversas - AR	3 408,89	<b>2 319,66</b>	-32,0%
Indemnizações	46 786,47	<b>17 578,47</b>	-62,4%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>484 090,24</b>	<b>295 832,45</b>	<b>-38,9%</b>
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	25 180 737,55	25 125 848,22	-0,2%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	64 098 014,00	69 259 567,54	8,1%
<b>Total</b>	<b>89 762 841,79</b>	<b>94 681 248,21</b>	<b>5,5%</b>

Como se retira do Quadro 22, todas receitas próprias cobradas pela AR tiveram variações negativas, face ao ano anterior, em consequência das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19, evidenciando-se desde logo a quebra ao nível das vendas de senhas no refeitório, face à redução dos trabalhos presenciais.

O **financiamento com origem no OE, que representa 73,1% do total do OAR2020** reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação positiva (8,1%) em relação a 2019, ano em que o financiamento do OE representou 71,4%. As receitas orçamentadas e cobradas em 2020 constam do quadro abaixo:

**Quadro 23 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2020**

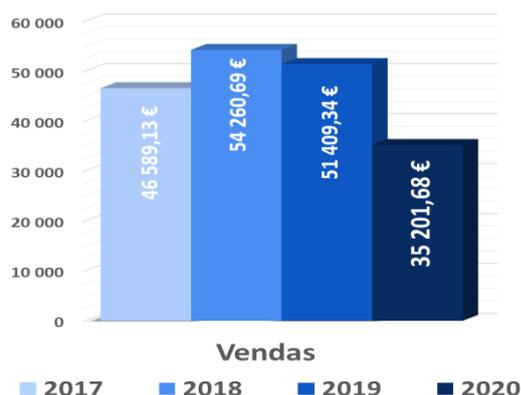
Unidade: Euro

NATUREZA DA RECEITA	Receita OAR2020		
	corrigida 1	cobrada 2	GR% 3
Publicações, impressos e artigos diversos	18 500,00	15 501,14	83,8%
Outros bens	21 250,00	19 700,54	92,7%
Juros	50,00	625,00	1250,0%
Reposições não abatidas	30 000,00	26 612,27	88,7%
Vendas de senhas de refeição	250 000,00	161 144,45	64,5%
Rendas	48 000,00	48 256,19	100,5%
Venda de bens de Investimento	5 010,00	4 094,73	81,7%
Receitas diversas - AR	2 170,00	2 319,66	106,9%
Indemnizações	1 000,00	17 578,47	1757,8%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>375 980,00</b>	<b>295 832,45</b>	<b>78,7%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>25 140 848,22</b>	<b>25 125 848,22</b>	<b>99,9%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>70 274 856,93</b>	<b>69 259 567,54</b>	<b>98,6%</b>
<b>Total</b>	<b>95 791 685,15</b>	<b>94 681 248,21</b>	<b>98,8%</b>

Da análise do Quadro 23, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2020 foi inferior à orçamentada, apresentando um grau de execução orçamental de 98,8%.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 16, registando-se em 2020 um decréscimo de 31,5%, face a 2019 (em valores absolutos de 16.207,66€).

**Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS DA LIVRARIA PARLAMENTAR 2017-2020**



## 10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2020

Na sequência da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (**SNC-AP**) encetado pela AR em 2017 nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas de Enquadramento ao PCM), Manual de Implementação ao SNC-AP, entre outras disposições, emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística e pela UNILEO, deu-se continuidade a consolidação da aplicação das NCP aplicadas inicialmente ao exercício económico de 2018.

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A prestação de contas, referente ao ano económico de 2020, é assim, apresentada de acordo com o normativo, SNC-AP e segundo as instruções preconizadas na Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, que introduziu, ainda em 2019, a reformulação da plataforma eletrónica de prestação de contas, bem como a organização da documentação integrante para a prestação de contas em SNC-AP, de acordo com o mencionado Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A NCP 1 define o formato de divulgação de informação adicional dos resultados da entidade sob a forma de indicadores de desempenho. Adicionalmente, as orientações da RPG 3 - *Reporting Service Performance Information* do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) incidem sobre informações de desempenho a incluir no relatório de gestão da entidade, em complemento às suas demonstrações financeiras, com o propósito de apresentar informações de desempenho e consolidação.

Em sequência, são apresentados os indicadores relevantes, de natureza económico-financeira e de natureza orçamental, que permitem a avaliação da extensão, eficiência e eficácia do desempenho da AR.

Pretende-se, através de um número conciso de indicadores obter uma visão global da situação económico-financeira da AR, no contexto específico da sua área de atuação.

### Indicadores de natureza económico-financeiros:

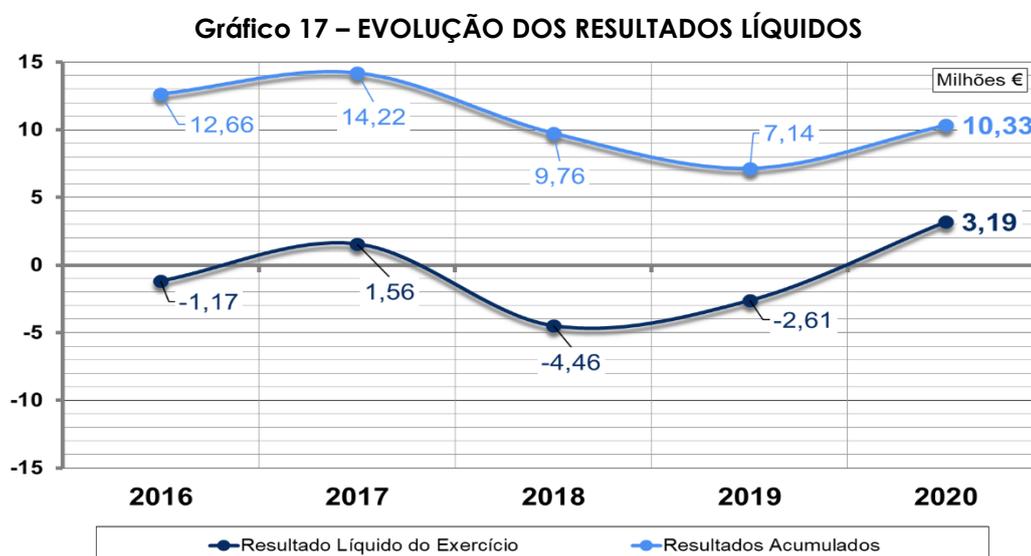
Dimensão	Indicador
Liquidez	Liquidez Geral
	Liquidez Reduzida
	Liquidez Imediata
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)
	Taxa de Margem Bruta (TMB)
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)
	Prazo Médio de Inventários (PMI)
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
	Programa Pagar a Tempo e Horas
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira
	Solvabilidade
	Grau de cobertura dos gastos financeiros
	Endividamento

### Indicadores de natureza orçamental:

Indicadores Orçamentais
Grau de Execução Orçamental da receita
Grau de Execução Orçamental da despesa
Indicador de estrutura da receita efetiva
Indicador de estrutura da despesa efetiva
Saldo Corrente
Saldo de Capital
Saldo Primário
Saldo Global
Grau de realização das liquidações
Grau de execução das obrigações

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2020 reflete um **RLE de 3.186.762,69€**, que contrastam com o RLE negativo de -2.6 M€ no período homólogo precedente. Esta variação é, essencialmente, explicada pelo saldo corrente positivo de 2.5 M€, influenciado, na vertente da receita, pelo incremento de transferências e subsídios correntes (+5,8 M€ face a 2019) e, na vertente da despesa, pelos efeitos de constrangimento à atividade provocados pela conjuntura pandémica que marcou o ano de 2020, traduzido essencialmente na redução de aquisição de bens e serviços (- 2 M€ face a 2019).

Destaque-se ainda que, conforme expresso pelo gráfico 17, a evolução dos RLE em 2020, não obstante fortemente alavancados pela conjuntura extraordinária específica, refletem uma tendência de evolução alinhada com o quinquénio 2016-2020, apenas interrompida pela inflexão registada em 2018, por via da alteração e adequação profunda de normativos contabilísticos de transição para o SNC-AP. A evolução dos Resultados Líquidos apurados no último quinquénio consta do gráfico 17 abaixo:



Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

### Rácios de Liquidez

Rácios de Liquidez	
Liquidez Geral	7,26
Liquidez Reduzida	6,92
Liquidez Imediata	0,95

#### Rácio de Liquidez Geral:

Representa a capacidade de a entidade cobrir os seus compromissos de curto prazo. Apresentando um valor superior a 1 – no exercício de 2020 atingiu 7,26 - indica uma muito elevada capacidade honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo.

De igual modo, a AR regista uma situação financeira de curto prazo favorável, sem prejuízo de se conjugarem estes rácios com os tempos médios de pagamento e de recebimento verificados.

#### Rácio de Liquidez Reduzida

Tal como o rácio de Liquidez Geral, representa a capacidade da entidade em cobrir os seus compromissos de curto prazo, expurgando as mercadorias, sendo o seu rácio necessariamente menor que o de Liquidez Geral.

#### Rácio de Liquidez Imediata

Corresponde a indicador mais restrito para avaliar a capacidade de uma organização em cumprir as suas obrigações de curto prazo, constituindo um teste mais exigente aos seus níveis de liquidez.

Expressa a capacidade de pagar as dívidas correntes, num cenário de cessação imediata de rendimentos e réditos provenientes de atividades operacionais.

Traduzindo uma avaliação de muito curto prazo, um rácio próximo de 1, indica uma elevada capacidade de cumprir as obrigações, se todas as responsabilidades se tornarem exigíveis de forma imediata.

### Os Rácios de Rentabilidade

Rácios de Rentabilidade	
Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	1,00
Taxa de Margem Bruta (TMB)	0,56
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	0,05
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	0,04

### Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios

O valor positivo do rácio resulta do contributo negativo do numerador e do denominador (RO/VN), considerando que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) é em grande medida explicado pelo EBIT (*Earnings before interest and taxes*).

Nestes termos e perante um RLE praticamente idêntico ao Resultado Operacional e operações financeiras residuais, entende-se a proximidade de valores entre os dois termos.

O EBIT como indicador traduz o Resultado Operacional da AR, isto é, a relação entre rendimentos e ganhos operacionais e após depreciações e amortizações.

### Taxa de Margem Bruta

O rácio apresenta um valor de **0,56** traduzindo, ao ser inferior a 1, que a entidade incorre em gastos superiores aos rendimentos nas operações geradoras de receita. Este é, contudo, um cenário normal e expectável em entidades não comerciais ou industriais e, por génese, sem fins lucrativos.

### Rentabilidade do Património Líquido

A evolução para um RLE expressivamente positivo justifica a inversão deste rácio para terreno positivo (0,05) face a 2019 (-0,04), sendo o valor residual do rácio justificado pelo elevado valor do património líquido.

### Resultado Operacional do Ativo

De forma idêntica, o EBIT ou resultado Operacional positivo em 3,1 M€ justifica o sinal positivo do resultado, sendo que, a sua expressão residual se justifica pelo elevado valor do ativo.

NOTA: Os valores apresentados nos rácios de rentabilidade, traduzem atividade essencialmente não comercial e não industrial desenvolvida, assim como a função única desempenhada pela AR na sociedade e a sua orientação para o bem e benefício público em detrimento do lucro. A criação de valor gerada pela AR traduz, de facto valores de *goodwill* intangíveis e não capturados nos rácios de rentabilidade tradicionais.

### Os Rácios de Atividade

Rácios de Atividade	
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,27%
Prazo Médio de Inventários (PMI) Total	21 d
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	4,9 d

### Grau de Rotação do Ativo

Apresenta um valor residual de **0.27%** indicando ser essa a contribuição do ativo para as vendas. De referir ainda que a variação deste indicador face a 2019 (0,38%) reflete a redução de atividade que caracterizou 2020.

### **Prazo Médio de Inventários (PMI)**

Este rácio permite avaliar o prazo médio de permanência de inventários em armazém, traduzindo-se no período médio que cada artigo permanece em armazém antes da sua venda ou consumo. Este rácio praticamente duplicou (de 10,6 dias em 2019 para 21 dias em 2020) em reflexo do forte constrangimento à normal atividade da Livraria Parlamentar no ano transato.

### **Prazo Médio de Pagamentos (PMP)**

Através deste rácio podemos concluir que a AR demora, em termos médios, abaixo dos 4,9 dias a cumprir com as suas obrigações perante os seus fornecedores. A melhoria deste indicador em 20% face a 2019 (6 dias) não é influenciado pela redução de transações, as quais concorrem para ambos os termos do rácio, traduzindo antes um esforço de incremento de eficiência das funções de suporte como resposta de mitigação aos constrangimentos à atividade provocadas pela pandemia Covid-19.

### **Os Rácio de estrutura Financeira**

Rácios de Estrutura Financeira	
Autonomia Financeira	0,94
Solvabilidade	14,41
Grau de cobertura dos gastos financeiros	N/A
Endividamento	0,06

### **Autonomia Financeira**

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2020 aumentou de 0,83 para 0,94, representando total autonomia e superando o exigido, face a um valor referencial de boa prática igual ou superior a 0,33.

### **Endividamento**

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por **Endividamento** (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2020, um valor de 0,06, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

### **Solvabilidade**

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma empresa em pagar os seus compromissos devendo o seu valor ser, preferencialmente, superior a 0,5. No exercício de 2020 a AR apresenta, para este indicador, um valor de 14,41, quase triplicando o valor de 2019 (5,04) e traduzindo um forte indicador de robustez financeira.

### Grau de cobertura de gastos financeiros

Não aplicável uma vez que não existem encargos financeiros.

### Endividamento

Indica a percentagem do passivo financiado pelo ativo, ou seja, indica a percentagem de ativos da empresa que responde pelos passivos.

Quadro resumo comparativo de indicadores económico-financeiros do biénio 2019-2020:

#### Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Ano 2019	Ano 2020	Var.
<b>Liquidez</b>				
	Liquidez Geral	2,97	<b>7,26</b>	4,29
	Liquidez Reduzida	2,84	<b>6,92</b>	4,08
	Liquidez Imediata	0,96	<b>0,95</b>	0,00
<b>Rentabilidade</b>				
	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	1,00	<b>1,00</b>	0,00
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	0,70	<b>0,56</b>	-0,14
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	-0,04	<b>0,05</b>	0,09
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	-0,03	<b>0,04</b>	0,08
<b>Atividade</b>				
	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,004	<b>0,003</b>	0,00
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	10,6	<b>21,0</b>	10,41
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	n.aplic.	<b>n.aplic.</b>	
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	6,0	<b>4,9</b>	-1,08
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	n.aplic.	<b>n.aplic.</b>	
<b>Estrutura Financeira</b>				
	Autonomia Financeira	0,83	<b>0,94</b>	0,10
	Solvabilidade	5,04	<b>14,41</b>	9,37
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	n.aplic.	<b>n.aplic.</b>	
	Endividamento	0,17	<b>0,06</b>	-0,10

Considerando a forma de contabilização, das transferências de capital do OE para a AR, prevista pelo SNC-AP, diretamente no Balanço, não se verificaram alterações significativas com impacto na posição financeira da AR.

#### Indicadores Orçamentais

Apresenta-se de seguida os indicadores de natureza orçamental que permitem avaliar e analisar as relações entre as várias componentes das demonstrações orçamentais:

#### Despesa efetiva

Corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

#### Despesa primária

Corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

#### Despesa total

Corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

#### Receita efetiva

Corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

#### Receita total

Corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

#### Saldo corrente

Corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.

#### Saldo de capital

Corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

#### Saldo global

Corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.

#### Saldo primário

Corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

### Indicadores Orçamentais

Grau de Execução Orçamental da receita	<b>0,98</b>	Poderá apresentar valores superiores a 1 caso a receita cobrada líquida ultrapasse as previsões corrigidas,
Grau de Execução Orçamental da despesa	<b>0,75</b>	este rácio nunca poderá ser superior a 1, dado que a dotação constante do orçamento da despesa constitui o limite máximo a utilizar na realização desta.
Indicador de estrutura da receita efetiva	<b>1,0</b>	Corresponde ao peso de cada uma das componentes da receita efetiva em relação à receita efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da receita efetiva.
Indicador de estrutura da despesa efetiva	<b>1,0</b>	Corresponde ao peso de cada uma das componentes da despesa efetiva em relação à despesa efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da despesa efetiva.
Saldo Corrente	<b>2.529.807,63€</b>	
Saldo de Capital	<b>-6.413.523,99€</b>	
Saldo Primário	<b>-3.378.067,94€</b>	
Saldo Global	<b>-3.380.494,42€</b>	
Grau de realização das liquidações	<b>1,0</b>	Este rácio compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas de determinada entidade.
Grau de execução das obrigações	<b>1,0</b>	Este rácio compara a despesa paga líquida com as obrigações assumidas de determinada entidade.

Em complemento aos saldos acima apresentados em observação do modelo de prestação de contas preconizado pela Norma Técnica nº1/2017 e pela Instrução n.º1/2019 do Tribunal de Contas, salienta-se que o **Saldo de Gerência da AR a 31/12/2020** é de **31.581.783,90€**, (conforme Demonstração do Desempenho Orçamental para o exercício de 2020), dos quais 29.434.049,84€ correspondem a saldo da AR, 6.000,00€ refletem saldo de transferências gerais OE não requisitadas pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e 2.141.734,06€ o saldo de subvenções para as campanhas eleitorais na posse da AR.



## **Nota Final**

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



## Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral  
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-Geral  
Maria João da Silva Costa

Adjunto do Secretário-Geral  
Rui José Pereira Costa

Direção de Apoio Parlamentar  
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Vasco Eduardo Gonçalves Cipriano

Divisão de Apoio às Comissões  
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Divisão de Redação  
Maria Cacilda Pereira Martins Bastos Nordeste

Direção de Informação e Cultura  
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Biblioteca  
Paula Maria da Silva Granada

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Divisão de Edições  
Marlene de Fátima Bento Viegas Freire

Divisão Museológica e para a Cidadania  
Cristina Maria Realinho Ribeiro

Direção Administrativa e Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Recursos Humanos e Formação  
Laura Teimão Lopes Costa

Divisão de Gestão Financeira  
Helder Constantino Silveiro Barreto

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira

Direção de Relações Internacionais, Públicas e de Protocolo  
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação  
Dalila Xavier Dias Maulide



Divisão de Relações Públicas e Protocolo  
Maria Manuela Azóia Lopes

Direção de Tecnologias de Informação  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Divisão de Infraestruturas Tecnológicas  
Jorge Filipe Marques Félix

Divisão de Sistemas de Informação  
Nuno Filipe Ávila França

Gabinete de Controlo e Auditoria  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Comunicação  
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral